

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIEL VENDRAMELLI AGUIAR MIGUEL

A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINESA PÓS-1978
VISTA APÓS A ADESÃO À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO EM 2001

UBERLÂNDIA
2023

GABRIEL VENDRAMELLI AGUIAR MIGUEL

A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CHINESA PÓS-1978
VISTA APÓS A ADESÃO À ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO EM 2001

Dissertação apresentada ao Instituto de
Economia e Relações Internacionais da
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
mestre em Relações Internacionais

Área de concentração: Economia Política
Internacional

Orientador: Niemeyer Almeida Filho

UBERLÂNDIA
2023

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

M636
2023

Miguel, Gabriel Vendramelli Aguiar, 1996-
A estratégia de desenvolvimento econômico chinesa pós-
1978 vista após a adesão à Organização Mundial do
Comércio em 2001 [recurso eletrônico] / Gabriel
Vendramelli Aguiar Miguel. - 2023.

Orientador: Niemeyer Almeida Filho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de
Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.172>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Almeida Filho, Niemeyer
,1954-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais.
III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

| | | | | | |
|------------------------------------|--|-----------------|-------|-----------------------|-------|
| Programa de Pós-Graduação em: | Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PGPRI | | | | |
| Defesa de: | Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 76, PPGRI | | | | |
| Data: | 02 de março de 2023 | Hora de início: | 14:00 | Hora de encerramento: | 16:00 |
| Matrícula do Discente: | 12112RIT002 | | | | |
| Nome do Discente: | Gabriel Vendramelli Aguiar Miguel | | | | |
| Título do Trabalho: | A estratégia de desenvolvimento econômico chinesa pós-1978 vista após a adesão à Organização Mundial do Comércio em 2001 | | | | |
| Área de concentração: | Política Internacional | | | | |
| Linha de pesquisa: | Economia Política Internacional | | | | |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | Capitalismo dependente | | | | |

Reuniu-se na Sala 1J141, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Renildo Souza - UFBA; Filipe Almeida do Prado Mendonça - PPGRI-UFU; Niemeyer Almeida Filho - PPGRI-UFU; orientador do candidato.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr.Niemeyer Almeida Filho - PPGRI-UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Niemeyer Almeida Filho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/03/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Almeida do Prado Mendonça, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/03/2023, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4259318** e o código CRC **562F6485**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a todos os professores e mestres que tive a honra de aprender e me tornar o que sou hoje. Desde o período da escola, passando pela graduação e agora no mestrado: este trabalho não seria possível sem vocês.

Agradeço a minha irmã, Mariah. Mulher guerreira que me espelha e me orgulha todos os dias. Compartilhar este amor pela academia contigo é muito bom. Caminhar ao seu lado nesta jornada, é melhor ainda.

Agradeço à minha família e toda sua configuração nada tradicional. Não seria possível a conclusão deste trabalho sem o apoio que tive durante estes dois anos.

Agradeço a minha namorada que demonstrou extrema empatia, cuidado e altruísmo comigo durante este período. Este caminho teria sido diversas vezes mais penoso sem a motivação e inspiração que você me proporciona diariamente.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, em especial aos meus parceiros de pesquisa sobre a China. Com o nosso convívio sendo afetado pela pandemia, agradeço a sorte de poder conhecê-los pessoalmente, ao menos uma vez. A troca de ideias e as riquíssimas aulas que compartilhamos estão presentes, de alguma forma, neste trabalho.

Por fim, agradeço em especial ao meu orientador, Niemeyer, e ao corpo docente do PPGRI da UFU.

“Dentro da revolução, tudo; contra a revolução, nada”

Fidel Castro

RESUMO

O crescimento econômico chinês a partir das Reformas de 1978 evidenciam uma nova estratégia nacional de desenvolvimento. Com a ascensão de Deng Xiaoping, a China inicia diversas transformações políticas, sociais e econômicas com o objetivo de alcançar a prosperidade. O viés reformista de Deng é refletido na adoção de uma série de políticas liberais, que alteram o paradigma da política chinesa de períodos anteriores. Sua contribuição também é relevante quanto a reconstrução ideológica, adequando o governo do país para incorporar cada vez mais o capital estrangeiro. A construção do Socialismo com Características Chinesas (SCC) é o processo de desenvolvimento iniciado em 1978 que se alinha com a postura de abertura do país, tanto política quanto econômica. A partir desta linha, enquadra-se a ambição política do país de adentrar à Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo um exemplo de inserção internacional e adoção de práticas liberais a fim de superar o subdesenvolvimento - tudo sem renunciar à sua tradição socialista. Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre estas dinâmicas, observando a influência que o processo de ingressar à OMC possui sobre a construção do Socialismo com Características Chinesas de Deng Xiaoping.

Palavras-chave: China; OMC; Reformas; Desenvolvimento; Socialismo com Características Chinesas.

ABSTRACT

The Chinese economic growth since its Reforms in 1978 point to the development of a new economic growth strategy. With the rise of Deng Xiaoping, China began several transformations in its policy, economy and society with the goal of achieving prosperity. Deng Xiaoping's reformist point of view is reflected in the adoption of liberal measures, shifting the paradigm of Chinese politics from prior leaderships. His contribution is also noted when analyzing the reconstruction of the country's ideology, allowing its government to embody foreign capital. The building of the Socialism with Chinese Characteristics is a process of development, which began in 1978, that is aligned with the nation's posture of opening up, both politically and economically. Through this process, the political desire of China to enter the World Trade Organization is framed as an example of international insertion as well as the adoption of liberal practices in its economy with the goal of overcoming its underdevelopment. This work aims to analyze the relation between these dynamics, noting how the membership procedures to the WTO influence the building of the Socialism with Chinese Characteristics.

Keywords: China; WTO; Reforms; Development; Socialism with Chinese Characteristics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------|--|
| BM | Banco Mundial |
| BPC | Banco Popular da China |
| CNPCC | Congresso Nacional do Partido Comunista da China |
| EAM | Empresas de Aldeias e Municípios |
| EUA | Estados Unidos |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| GATT | Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio |
| GSA | Grande Salto Adiante |
| IED | Investimentos Estrangeiros Diretos |
| NMF | Nação Mais Favorecida |
| OIT | Organização Internacional do Comércio |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| OMPI | Organização Mundial de Propriedade Intelectual |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCCh | Partido Comunista da China |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| RC | Revolução Cultural |
| RPC | República Popular da China |
| SCC | Socialismo com Características Chinesas |
| SSC | Sistema de Solução de Controvérsias |
| TRIPS | Direitos de Propriedades Intelectuais Relacionadas ao Comércio |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| ZEE | Zonas Econômicas Especiais |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1 DA “HERANÇA MALDITA” ÀS REFORMAS DE 1978 | 13 |
| 1.1 A “HERANÇA MALDITA” | 13 |
| 1.2 AS REFORMAS DE DENG XIAOPING | 16 |
| 1.3 O CRESCIMENTO EM NÚMEROS | 18 |
| 2 A CHINA FRENTE AO GATT E OMC | 30 |
| 2.1 HISTÓRICO E PARTICIPAÇÃO CHINESA NO GATT | 31 |
| 2.2 A TRANSFORMAÇÃO DO GATT EM OMC | 33 |
| 2.3 O PROCESSO DE ADESÃO CHINÊS À OMC | 36 |
| 3 A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS 44 | |
| 3.1 DENG XIAOPING: DO EXÍLIO À LIDERANÇA | 45 |
| 3.2 A TEORIA DE DENG XIAOPING | 47 |
| 3.3 A TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO | 53 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 59 |
| REFERÊNCIAS..... | 63 |

INTRODUÇÃO

A China destaca-se a partir da segunda metade do século XX como um país a se lançar no caminho do desenvolvimento, chamando atenção para a maneira peculiar que o realiza. O desenvolvimento é aqui entendido como avanço das forças produtivas e progresso social. Com as reformas iniciadas ao fim da década de 1980, o país asiático começa seu processo de desenvolvimento, partindo de setores internos para então expandir seus interesses e influência para além de seu território. Tendo como ponto de partida as reformas rurais, a China colhe os frutos de sua estratégia duas décadas depois. Na perspectiva das relações internacionais esses frutos podem ser demarcados pelo ingresso à Organização Mundial do Comércio (OMC), mas o aspecto fundamental relativo às transformações internas é o avanço das forças produtivas de mercado, ainda que reguladas por um Estado de grande centralização política

A escolha do objeto de estudo desta dissertação é feita a partir da grande relevância que a China consegue alcançar no cenário internacional, principalmente após a virada para o século XXI. Um país que, de maneira extremamente rápida, salta de uma realidade agrária para se tornar um dos principais polos industriais, tecnológicos e militares do mundo, demanda grande esforço de reflexão. Não é à toa, portanto, que a China seja tópico recorrente em estudos de Relações Internacionais.

A escolha da adesão chinesa à OMC como demarcação histórica deste estudo é feita com o intuito de contribuir para a compreensão do desenvolvimento chinês originário, chamemo-lo assim. A relevância desta agência da ONU para a continuação e expansão da estratégia de desenvolvimento econômico da China no século XXI é retratada em diversos estudos¹, demonstrando que a sua maior participação no cenário comercial mundial potencializou ainda mais o seu crescimento. A OMC é sucessora do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), instrumento da regulação da economia global do Acordo de Bretton Woods. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a expansão do comércio global foi entendida pelos Estados Unidos (EUA) como um mecanismo de afirmação da superioridade do capitalismo no contexto da Guerra Fria. Portanto, alcançar reconhecimento internacional nesse espaço atesta para o sucesso da opção estratégica do desenvolvimento chinês.

¹ Como Boden (2013) e Ianchovichina e Martin (2001; 2004).

A característica referencial da OMC pode ser traduzida em estatísticas de fluxo de comércio: em 2021, de acordo com o Banco Mundial, a China posicionava-se como o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo; líder do comércio internacional, exportando US\$ 2,72 trilhões e importando US\$ 2,36 trilhões (WORLD BANK, 2023).

A escolha da OMC também é feita com o objetivo de elucidar ainda mais os efeitos das Reformas de 1978. Por diversas vezes, Deng Xiaoping (1984) afirmou que a revolução se inicia no campo, e como será observado, é exatamente no setor rural que o projeto de desenvolvimento chinês nasce e se expande. Assim, difere-se das análises acadêmicas correntes, que tomam o ingresso na OMC apenas como potencializador do desenvolvimento chinês. Dessa maneira, intenta-se pontuar a maneira como as reformas internas de 1978 relacionam-se com o processo de adesão à OMC. Assim, busca-se dar maior relevância ao próprio processo chinês de reformas internas e apontar para a compreensão de que o desejo político de ingressar nessa Organização é uma continuação das estratégias adotadas por Deng Xiaoping a partir de 1978 (FENG, 2017).

O projeto de desenvolvimento chinês tem como objetivo o progresso econômico e social do país. Para tanto, como será abordado ao longo do trabalho, há uma transformação tanto de sua política e economia quanto de sua própria ideologia, promovendo uma revisão histórica dos fatos dentro do Partido Comunista da China (PCCh). Dentre estas transformações internas, é adotada uma relativização da tradicional rigidez conceitual do socialismo, característica marcante dos períodos anteriores à Deng Xiaoping.

Dessa maneira, este trabalho pretende analisar, através de levantamento bibliográfico e pesquisa de dados sobre a política e economia chinesa e global, qual a relação entre as Reformas de 1978 com o interesse político chinês de ingressar à Organização Mundial do Comércio.

Como hipótese, compreende-se que a aspiração política em aderir aos órgãos de regulação internacional, primeiramente ao GATT e depois à OMC, foram marcos de uma estratégia de expansão do comércio internacional já existente. Identifica-se a intensificação da abertura da economia ainda que nenhuma exigência destas organizações fosse feita, vista que este processo é uma continuidade das medidas previamente adotadas pelo PCCh a partir de 1978. Portanto, aponta-se para a origem do processo de adesão à OMC como uma medida inserida dentro da ampla estratégia de desenvolvimento nacional iniciada em 1978.

Há neste trabalho preocupação de apreender elementos da dinâmica política interna da China. Por isto, há grande destaque à figura de Deng Xiaoping. Pressupomos aqui um aspecto cultural da China que é o de ser uma sociedade hierarquizada. As grandes lideranças

políticas traduzem um projeto social. Assim, a liderança de Deng Xiaoping no Partido Comunista é o retrato da nova postura do país. Do abandono do isolamento internacional da Era Mao para o início da construção do Socialismo com Características Chinesas (SCC), Deng tem papel fundamental na elaboração teórica deste processo.

A perspectiva teórica da dissertação é de economia política internacional, concebendo a economia global como um todo orgânico hierarquizado, desigual, e que tende a se reproduzir. No nível em que a discussão do desenvolvimento da China se estabelece, formula-se um sistema interestatal, também hierarquizado, mas com autonomia relativa em relação ao âmbito privado (movimento molecular do capital), nos termos de Harvey (2004).

Entendem-se as sociedades como de classes e o Estado como o poder político central, a partir do qual há o principal processo de regulação social (exercício da jurisdição), complementado por outros sistemas de regulação (Hirsch, 2010). Por esta razão, o Estado é foco da disputa social, de modo que a representação internacional, a diplomacia e paradiplomacias, não determinam automática e diretamente políticas internas. O estudo da China traz desafios teóricos específicos por não se enquadrar como um desenvolvimento capitalista típico.

Por este motivo, apesar do foco atribuído ao papel do Estado no desenvolvimento nacional, em especial no caso chinês, este trabalho não adentra na discussão acerca da definição conceitual da formação econômica e social da China. Compreende-se que esta discussão merece uma atenção maior do que seria possível ao longo deste trabalho.

Para a análise de dados referentes ao desenvolvimento chinês, esta dissertação utilizará da base de dados do Banco Mundial (BM), da OMC e da UNCTAD. A pesquisa bibliográfica será realizada através de artigos e livros de autores relevantes ao tema selecionado. Em um primeiro momento, estes serão utilizados para a construção do referencial teórico, estruturando o ponto de vista adotado pela dissertação.

Posteriormente, serão utilizadas fontes que analisam as reformas internas e a complexidade da transformação econômica e social chinesa após 1978. Paralelamente, serão utilizados dados estatísticos que indiquem o nível de avanço da economia do país. Ao fim, a análise acerca da Organização Mundial do Comércio também utilizará de artigos e livros que remontam a evolução deste processo, assim como a participação chinesa neste movimento.

No capítulo 1 será analisado o desenvolvimento chinês, com destaque para o notável crescimento que o país atingiu após as Reformas de 1978. Os dados da variação do PIB serão

base para uma análise comparativa com o período pré-reforma, muitas vezes denominado de “Herança Maldita”. A análise será complementada com alguns outros indicadores.

O capítulo 2 abordará o processo de adesão à OMC. A análise começa com a formação do GATT e a participação da China. Posteriormente, serão pontuadas as inovações institucionais geradas pela transformação do GATT em OMC. Por fim, será discutido o processo de ingresso chinês na Organização, apontando para as dificuldades internas do Partido e para a relação entre a China e os EUA.

O capítulo 3 trata da transformação ideológica no PCCh. A partir das Reformas de 1978, há contínuas adoções de práticas liberais pelo governo que criam conflitos pela dificuldade de conciliação com as tradicionais práticas socialistas da China. Neste processo, será observado como a figura de Deng Xiaoping e suas reflexões e intervenção política atuam para facilitar a assimilação dessa mescla de políticas, caracterizando o Socialismo com Características Chinesas.

1 DA “HERANÇA MALDITA” ÀS REFORMAS DE 1978

As reformas chinesas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978 colocam-se em posição central de análise para a compreensão da transformação econômica e social chinesa do fim do século XX. Porém, para melhor entendimento de seus efeitos e consequências, é necessário observar a sua origem, isto é, a realidade material chinesa, fruto da “herança maldita”, deixada por Mao (SOUZA, 2018). Como Souza (2018) pontua, o fracasso do período de Mao é um importante e elemento explicativo da transformação chinesa com Deng.

Por essa razão, este capítulo começa com a discussão acerca do Grande Salto Adiante (GSA) e com a Revolução Cultural (RC). Como será abordado, ambos os planos obtiveram resultados catastróficos, cuja superação demandou esforços do Partido Comunista da China (PCCh) em apontar decisões equivocadas, e revisá-las, a fim de colocar em marcha o projeto de crescimento econômico e social.

A parte final do capítulo está dedicada à preparação das Reformas de 1978. Com elas, Deng inicia a construção do que é chamado hoje de Socialismo com Características Chinesas (SCC), levando o país ao seu particular processo de desenvolvimento nacional. Como será abordado, as reformas econômicas e políticas foram fundamentais para a transformação social chinesa que, em menos de 50 anos, alcança o topo das maiores economias mundiais, sendo ainda superada apenas pelos EUA.

1.1 A “HERANÇA MALDITA”

O contexto histórico é de grande importância para se entender as decisões políticas tomadas em 1978 pela China ao iniciar as suas reformas. Isso fica evidente nos discursos de Deng Xiaoping, nos quais são repetidamente lembradas as consequências econômicas e sociais do Grande Salto Adiante (1958 – 1960) e da Revolução Cultural (1966 – 1976) (XIAOPING, 1984).

Segundo Souza (2018, p. 48), ambos eventos se apresentam como desastres históricos, comparando-os com o governo ditatorial e corrupto de Cheing Kai-chek. Apesar disso, estes episódios são absorvidos no discurso de Deng Xiaoping e do PCCh, que utilizam destas recentes tragédias como lições, gerando essa “avaliação da Era Mao propriamente dita vinculou-se à necessidade de interpretação do momento vivido pela China, no final dos anos 1970, e à proposição dos novos caminhos” (SOUZA, 2018, p. 28).

Em conjunto, o GSA e a RC contribuem de maneira a deteriorar ainda mais a sociedade chinesa, dando maior força ao sentimento de uma continuidade do Século de Humilhação (1839 – 1949)². Sob Mao Zedong (1949 – 1976), o GSA e a RC acabam por gerar ainda mais atraso e pobreza para a China, deteriorando suas capacidades produtivas, intelectuais e científicas (SILVA, 2008).

O Grande Salto Adiante teve como objetivo a modernização e industrialização do país. Há grande mobilização de massas, integrando 99% da população rural em cerca de 26 mil comunas. Através do GSA, Mao pretendia impulsionar a produção agrícola e industrial e, como transparece em seus pronunciamentos (TSE-TUNG, 2004), superar o atraso econômico e alcançar a Inglaterra em 15 anos.

Apesar de o GSA em 1958 ter cumprido parcialmente suas metas e obtido resultados positivos, estes avanços são mitigados pelos fracassos nos anos seguintes. Com uma drástica queda na produção agrícola e industrial, gera-se crescente insatisfação popular, pela percepção de que o Grande Salto Adiante levaria a China à crise ao invés do crescimento econômico prometido (SILVA, 2008).

Dentro de um país socialista e inserido em uma lógica de Guerra Fria, os fracassos do Partido Comunista da China (PCCh) serviam como justificativas para críticas não só ao seu líder político, como para o próprio sistema socialista. O embate ideológico mundial, travado principalmente entre Estados Unidos (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) permeia, também, as relações da China com o mundo. Críticas ao sistema, internamente, tornaram-se críticas ao Estado. Por isto, o PCCh passa a tratar seus críticos como inimigos da revolução, burgueses aliados ao capital. A opção política adotada por Mao, portanto, foi a de combater este grupo, temendo que se não o fizesse, o capitalismo venceria (SOUZA, 2018).

A Revolução Cultural surge, assim, com este propósito. A partir da criação da Guarda Vermelha, inicia-se um movimento de perseguição e repressão aos opositores do PCCh. Sua atuação buscava reorganizar a sociedade e o Partido, além de expurgar a ideologia capitalista do país.

Em similaridade com o GSA, a Revolução Cultural também obteve resultados positivos inicialmente, recebendo significativo apoio popular. Mas, com o passar dos anos, a própria RC passa a perder força devido às suas práticas extremas. Com uso excessivo de

² Período histórico marcado na memória nacional que remonta ao orgulho ferido de uma civilização de mais de 5000 anos ser subjugada por países estrangeiros.

força e politização das massas, setores internos à revolução passaram a buscar tomar o poder do Partido:

[...] se produziu uma onda louca e anárquica orientada a “derrubar tudo” e se deu lugar a um grande caos interno em escala nacional, fazendo com que o trabalho do Partido e do Estado e a ordem pública normal sofressem enormes prejuízos, e a empresa socialista de nosso país experimentasse os reveses e as perdas mais graves desde a fundação da República Popular. (OFICINA, 1994, p. 729 apud SOUZA, 2018, p.31).

Conjuntamente, ambos os planos de Mao formam a “Herança Maldita”³ (SOUZA, 2018). E, como apontado, apesar de ser um marco trágico na história da China, sua análise é essencial para compreender a evolução das políticas adotadas por Deng Xiaoping a partir de 1978.

As consequências sociais e econômicas geradas pelos planos do GSA e da RC são sentidas ao longo dos anos que se seguem. O aumento do nível da fome, da pobreza e o atraso econômico criado tornam-se problemas reais que demandam de novas estratégias do governo em busca da solução destas mazelas. A construção do Socialismo com Características Chinesas (SCC) instituiu-se desta missão, pautando a sua nova estratégia de desenvolvimento econômico sob as necessidades imediatas do país. Esta prática de revisionismo histórico é fruto do maior nível de pragmatismo imposto por Deng, passando cada vez mais a pautar suas ações a partir da realidade material do país (XIAOPING, 1978).

A absorção da “Herança Maldita” para dentro do discurso político de Deng é refletida nas estratégias de reforma e abertura do país. Esta tarefa é de grande importância, em vista do caos social herdado deste período, torna-se uma necessidade interpretar o momento vivido pela China no final dos anos 1970, e vincular estas lições com as proposições novos caminhos, como as Reformas de 1978 (SOUZA, 2018, p. 28). No mesmo sentido, Feng demonstra como a devastada economia nacional do período abriu espaço para novos e diferentes pensamentos sobre administração econômica na alta cúpula do PCCh (2017, p. 40).

Como será discutido ao longo do trabalho, o aprendizado com as políticas anteriores ao período de Deng, como a própria “Herança Maldita”, faz parte da estratégia de desenvolvimento que o Partido adota a partir de 1978. A abertura comercial é realizada em cima dos aprendizados de dinastias anteriores, sem nunca as esquecer. Apesar de propor

³ Apesar da classificação da Era Mao como uma “herança maldita”, é necessário o apontamento de que neste período o país constrói a base utilizada por Deng ao iniciar suas reformas. Ao mesmo tempo que o caos social ocorre, como mencionado, verifica-se um relevante crescimento da economia da China a partir da aplicação das estratégias centralizadoras de Mao Tse-tung.

mudanças radicais na política do país, Deng Xiaoping reitera que seu legado é uma continuação do pensamento de Mao Tse-tung (XIAOPING, 1984).

1.2 AS REFORMAS DE DENG XIAOPING

Por vezes chamadas de “reformas e abertura econômica”, as políticas adotadas em 1978 por Deng Xiaoping são de grande importância para a transformação social chinesa. Em sua visão, o processo de desenvolvimento chinês está intrinsecamente conectado com a expansão da produção material e participação no comércio mundial.

Ao retornar ao cenário político chinês em 1977, após ser afastado de seus cargos durante a Revolução Cultural de Mao Tse-tung, Deng traz consigo grandes propostas de transformações políticas no país. Ao ocupar a liderança do PCCh, define novas metas, objetivos e um novo projeto de desenvolvimento, que fica conhecido como o Socialismo com Características Chinesas (SCC).

Dentre as novas medidas, ressaltam-se as Quatro Modernizações. Projeto que determina a intensificação no desenvolvimento de quatro setores: indústria, agricultura, militar e ciência e tecnologia. As Quatro Modernizações dão continuidade ao investimento em setores que já vinham sendo iniciados anteriormente. Com isso, é possível apontar que a economia chinesa já apresentava sinais de crescimento anteriores à Deng, fruto dos sucessos das políticas maoístas nos primeiros anos de sua implementação. Demonstração disso é, por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da década anterior, entre 1967 e 1977⁴, que apresenta uma média de crescimento de mais de 5% ao ano (WORLD BANK, 2023).

Silva (2008, p. 71) sintetiza a estratégia de Deng em “quatro princípios gerais, quatro modernizações, três tarefas, quatro trabalhos e dez princípios econômicos”. Todos estes pontos vão atuar conjuntamente para a aplicação das reformas. A partir deles, como demonstra Silva (2008), a China realiza reformas institucionais, econômicas e políticas, e aumenta sua participação no sistema mundial de comércio, ao mesmo tempo em que reafirma suas tradições socialistas.

⁴De acordo com Medeiros, “A questão do desenvolvimento chinês nos 60s e 70s não era falta de dinamismo, mas da existência de profundos desequilíbrios setoriais (em particular o atraso da agricultura) originados da estratégia do “grande salto a frente” proposta por Mao no final dos 50s” (2012, p.2)

Esta discussão é relevante para demonstrar que, apesar dos aspectos econômicos, as reformas de 1978 pretendiam abranger mais do que uma simples abertura comercial. Como Souza (2018, p.66) aponta

Até mesmo um organismo como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma expressão institucional das grandes potências e do grande capital, julga que as reformas, desde 1978, são vastas, transcendem a economia e promovem uma reconfiguração do Estado.

Assim, observa-se que as reformas de 1978 abrangem setores estatais de diversas naturezas, ainda que não de maneira sincronizada. Da mesma forma que Deng observa no comércio, principalmente na exportação, o caminho para o desenvolvimento chinês, o líder do PCCh define setores e localidades cujas reformas deveriam ocorrer primeiro, como é o caso do avanço tecnológico rural.

A construção do Socialismo com Características Chinesas, portanto, desde sua concepção, mostra características de gradualismo e experimentação. Deng define o início das reformas no setor rural por enxergar neste a realidade do país, determinando que “A partir das realidades da China, devemos, primeiramente, resolver os problemas do campo” (XIAOPING, 1984, p. 49)⁵. Dessa maneira, o desenvolvimento rural passa a ser a primeira etapa desse processo, ampliando a capacidade produtiva de alimentos, essenciais para suprir a sua grande população.

Neste sentido, Thorstensen (2010, p.2) aponta para esta primeira etapa, destacando as consequências que possibilitam o início das reformas de Deng:

A primeira reforma foi realizada no setor agrícola, com autonomia para os produtores e remuneração ligada à produção, o que permitiu ganhos significativos de produtividade. Tal reforma permitiu a abertura do setor a importações e liberou mão de obra para o setor da manufatura.

Corroborando esta análise, tanto Medeiros (2012), quanto Souza (2008) e Arrighi (2008), abordam esta característica embrionária rural das reformas de 1978. O período de 1978 a 1983 é marcante para o desenvolvimento do setor primário chinês. Como Jabbour (2020) também observa, a importância dessa primeira etapa das reformas de 1978 é enorme. A formação de um sistema de alimentação nacional, paralelo com a transformação de uma população majoritariamente rural em uma urbana com mão de obra qualificada, foram cruciais para o desenvolvimento do mercado interno nas décadas seguintes (JABBOUR, 2020).

⁵Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

Com o objetivo de desenvolver-se social e economicamente, a China adotou as reformas rurais. Como Gerschenkron (2015) descreve, trata-se de um setor primordial. Como medida fundamental deste processo, a China adota o Sistema de Responsabilidade Familiar, retirando o poder sobre o excedente da produção do governo, permitindo às famílias camponesas vender este montante no mercado livre. Assim, o país consegue fortalecer este setor e construir um sistema de alimentação nacional que possibilita a formação de uma economia doméstica (JABBOUR, 2020).

Ainda que tenhamos tratado até o momento da dimensão rural das reformas, entendemos ser útil ao nosso argumento mostrar alguns dados empíricos. Para tanto, na próxima seção, serão utilizadas as bases de dados do Banco Mundial (BM), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da UNCTAD, com o sentido de dimensionar, em primeira aproximação, a transformação econômico-social pela qual o país passou no período de 1978 a 2001.

1.3 O CRESCIMENTO EM NÚMEROS

A discussão dos aspectos políticos, tanto das Reformas de 1978, quanto da adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), será realizada nos próximos capítulos. De momento, o objetivo é mostrar a evolução das estatísticas econômicas chinesas pós 1978. Isto será feito pela comparação de dados selecionados dos períodos iniciais da reforma com os do ano de 2000, para montar um retrato de imediatamente antes da adesão chinesa à OMC. As fontes são as bases de dados do BM, da OMC e da UNCTAD

Ao fim desta seção, serão apresentados dados mais recentes que retratam a situação atual do país asiático no século XXI, para funcionar como uma base empírica antecipada do que será discutido nos próximos capítulos

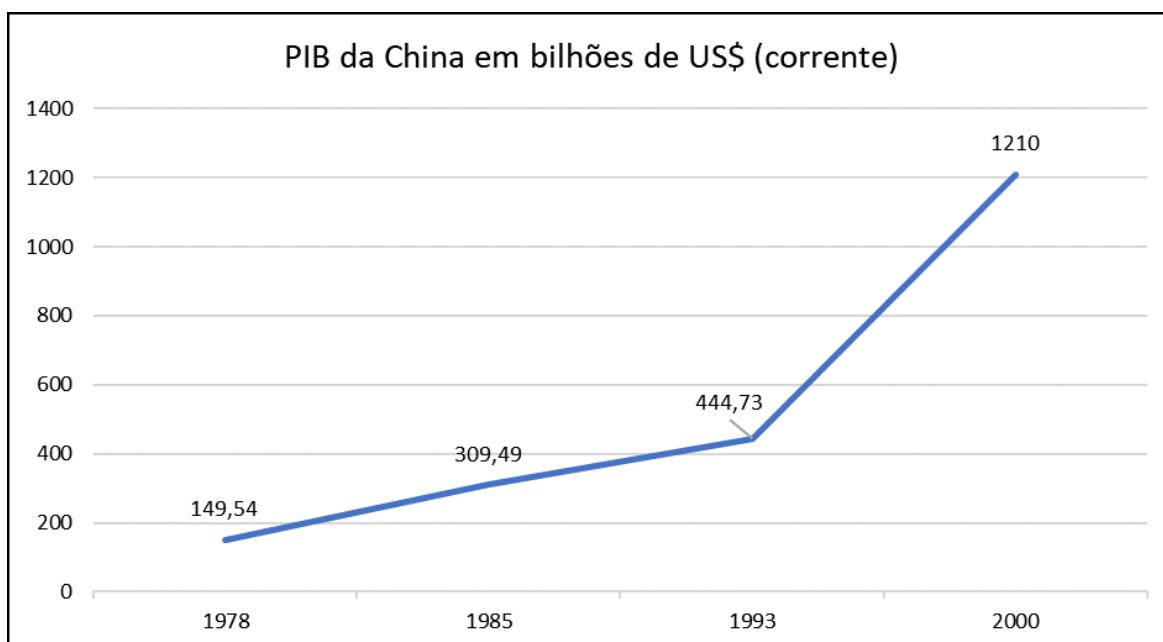
Destarte, serão quatro momentos diferentes para a realização da análise desta seção: o primeiro, o ano de início do mandato de Deng Xiaoping em 1978; o segundo, o ano de 1985, marcando a metade do tempo em que Deng permanece como líder do Partido Comunista da China (PCCh) (1978-1992); o terceiro, o ano de 1993, primeiro ano de presidência da República Popular da China de Jiang Zemin; e por último, o ano de 2000, com a intenção de analisar os efeitos que as reformas de 1978 tiveram até o ingresso à OMC, em 2001. Esta divisão auxilia a compreensão dos contextos particulares de cada momento, e como eles influenciam as decisões políticas chinesas, começando do foco inicial nas

reformas rurais para um outro de intensificação das reformas econômicas e políticas no país, abrindo o mercado e aumentando a participação no comércio mundial.

A opção é retratar a transformação chinesa entre 1978 e 2000 a partir da análise acerca dos seguintes índices de sua economia: i) o Produto Interno Bruto (PIB); ii) o PIB per capita; iii) o valor em US\$ correntes das exportações anuais; iv) o valor em US\$ correntes das importações anuais; v) a participação chinesa no comércio mundial; vi) a porcentagem da população rural e urbana; e vii) o montante de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). A partir destes dados, pretende-se mostrar a grande transformação chinesa ao longo das últimas duas décadas do século XX, apontando para a superação de uma realidade rural, desenhando o caminho para tornar-se cada vez mais um país exportador de bens e serviços, aberto para investimentos do resto do mundo.

Como pode ser visto no Gráfico 1, um dos dados que mais chamam a atenção ao analisar o processo de desenvolvimento chinês é o crescimento anual do PIB. O salto foi de US\$ 149 bilhões, em 1978, para US\$ 1.2 trilhão, em 2000, com crescimento médio anual de aproximadamente 9.7% (WORLD BANK, 2023). Como veremos nos próximos indicadores, este aumento ocorre impulsionado pelo crescimento do volume das exportações e das importações. Ademais, há mudança estrutural da natureza das exportações, fruto de uma ampliação da produção de produtos de maior valor agregado, o que foi facilitado pela transição de parte da população do espaço rural para o urbano.

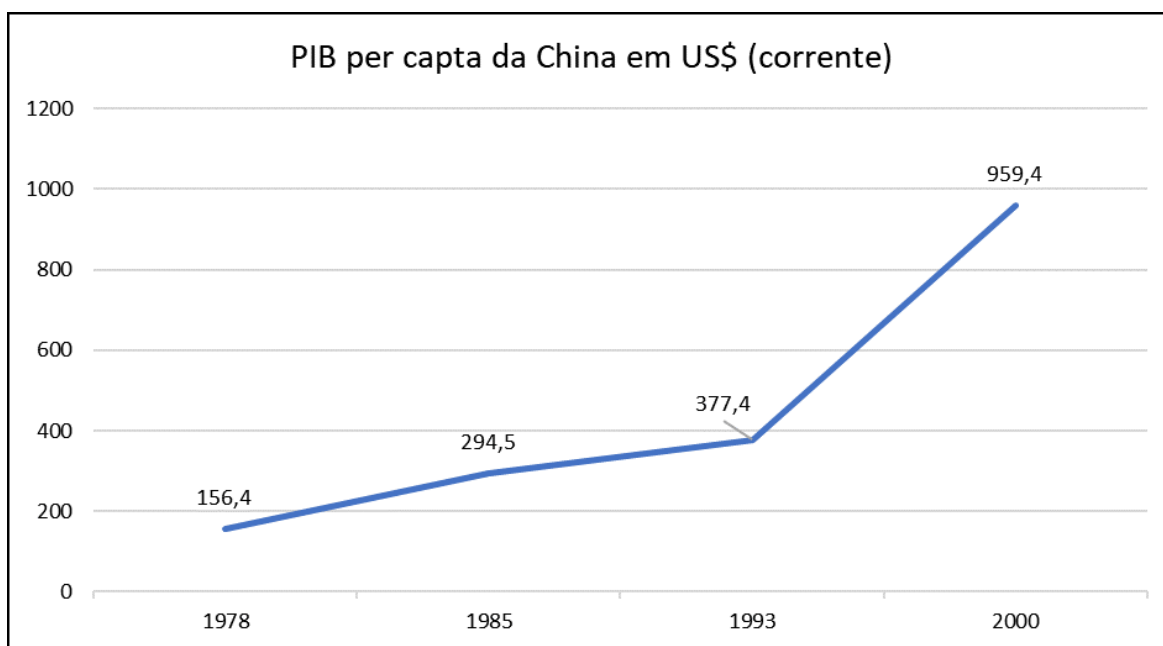
Gráfico 1-



Dados retirados de WORLD BANK, 2023.

Pode-se observar uma evolução semelhante ao analisarmos o PIB per capita chinês entre 1978 e 2000 ao analisar o Gráfico 2. Neste período, de US\$ 156,4 para US\$ 959,4, com um crescimento médio anual de aproximadamente 8,4% (WORLD BANK, 2023). O crescimento do PIB per capita chinês demonstra que o crescimento econômico chinês cresce praticamente ao mesmo ritmo que o seu PIB, apontando para um relativo sucesso que as reformas conseguem ao aumentar a renda de sua população ao longo destas duas décadas.

Gráfico 2 -

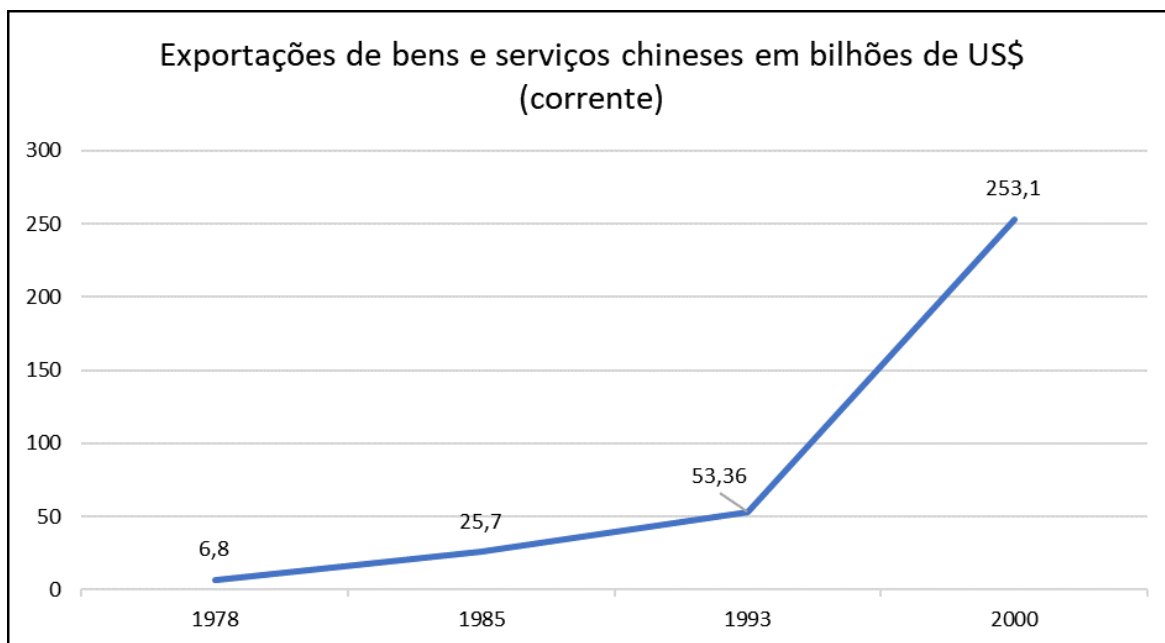


Dados retirados de WORLD BANK, 2023.

Sobre as exportações, pode-se observar a rápida aceleração deste índice. Nos Gráficos 3 e 4, é possível perceber uma constante evolução, que se acelera ao longo da década de 1990. Como será discutido nos capítulos seguintes, é durante este mesmo período que o PCCh põe em prática diversas reformas econômicas para cumprir as exigências de adesão à Organização do Comércio.

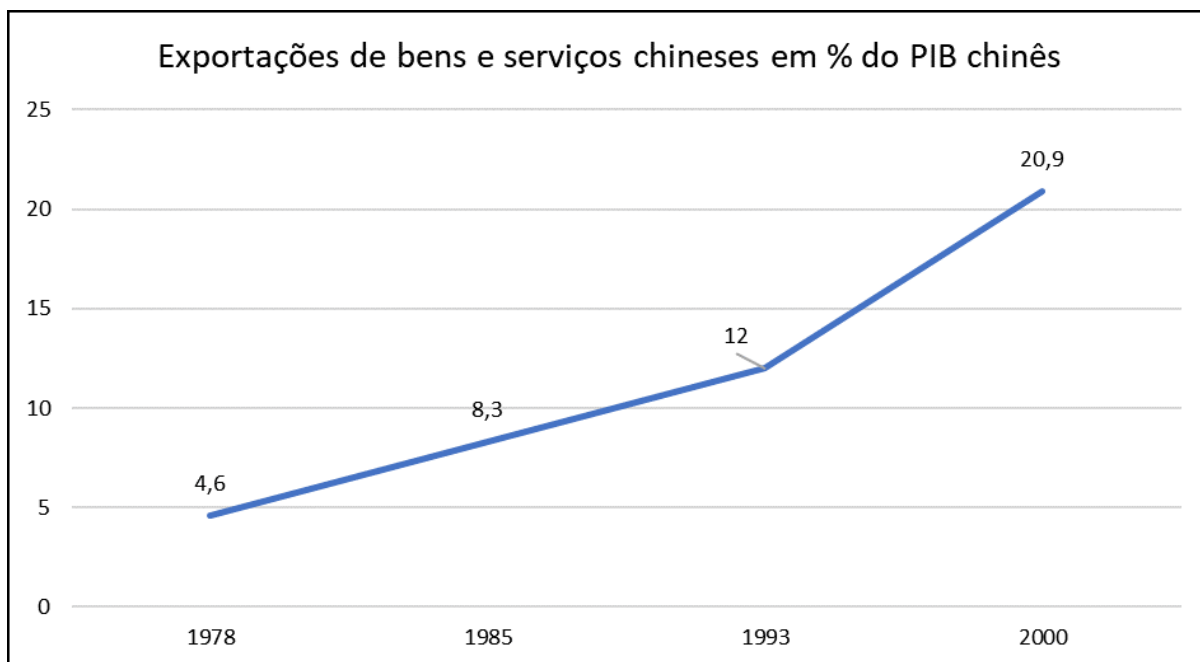
Esses dados são compatíveis com a evolução apontada previamente pelo PIB, nos Gráficos 1 e 2. Em 1978, as exportações de bens e serviços representavam 4,6% do PIB chinês, com um volume de US\$ 6,8 bilhões (WORLD BANK, 2023). Com um crescimento médio de 5,7% na década de 1980 e de 12,4% na década de 1990 (SILVA-RUETE, 2006), o número salta para US\$ 253,1 bilhões, equivalente à 20,9% do PIB chinês.

Gráfico 3 -



Dados retirados de WORLD BANK, 2023.

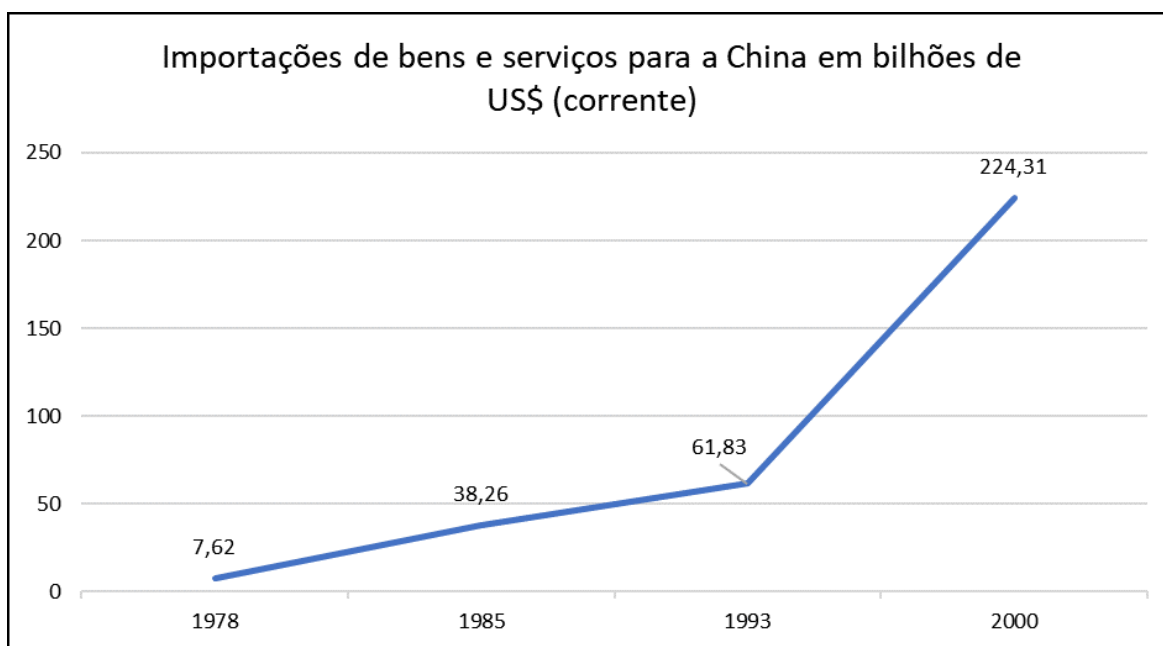
Gráfico 4 -



Dados retirados de WORLD BANK, 2023.

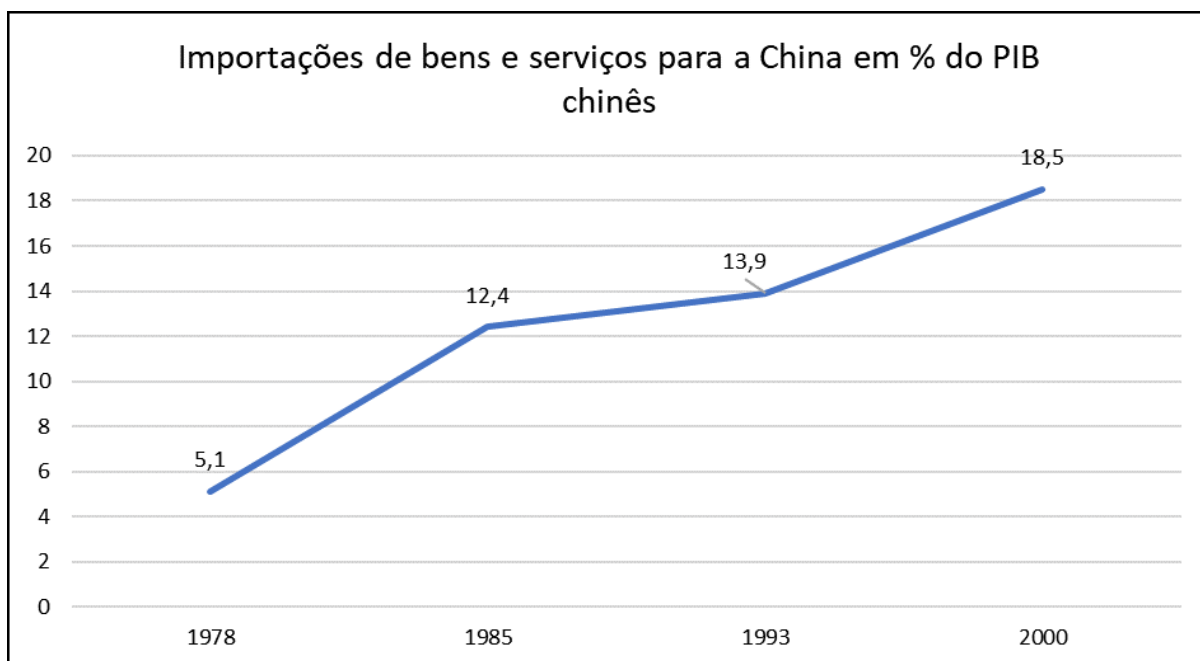
O mesmo pode ser percebido a partir da análise da evolução das importações de bens e serviços chineses. Como os Gráficos 5 e 6 mostram, a China atua de modo ativo nas importações. Relativo ao PIB, há um crescimento de 5,1% para 18,5%, entre os anos de 1978 e 2000. Estes valores são, respectivamente, de US\$ 7,62 bilhões e US\$ 224,31 bilhões (WORLD BANK, 2023). Da mesma forma que as exportações, no caso das importações, o crescimento relaciona-se com a abertura comercial necessária à adaptação das regras da OMC, ainda que se possa dizer que houve adaptação quando a economia já apresentava grau de competitividade internacional.

Gráfico 5 -



Dados retirados de WORLD BANK, 2023.

Gráfico 6 -

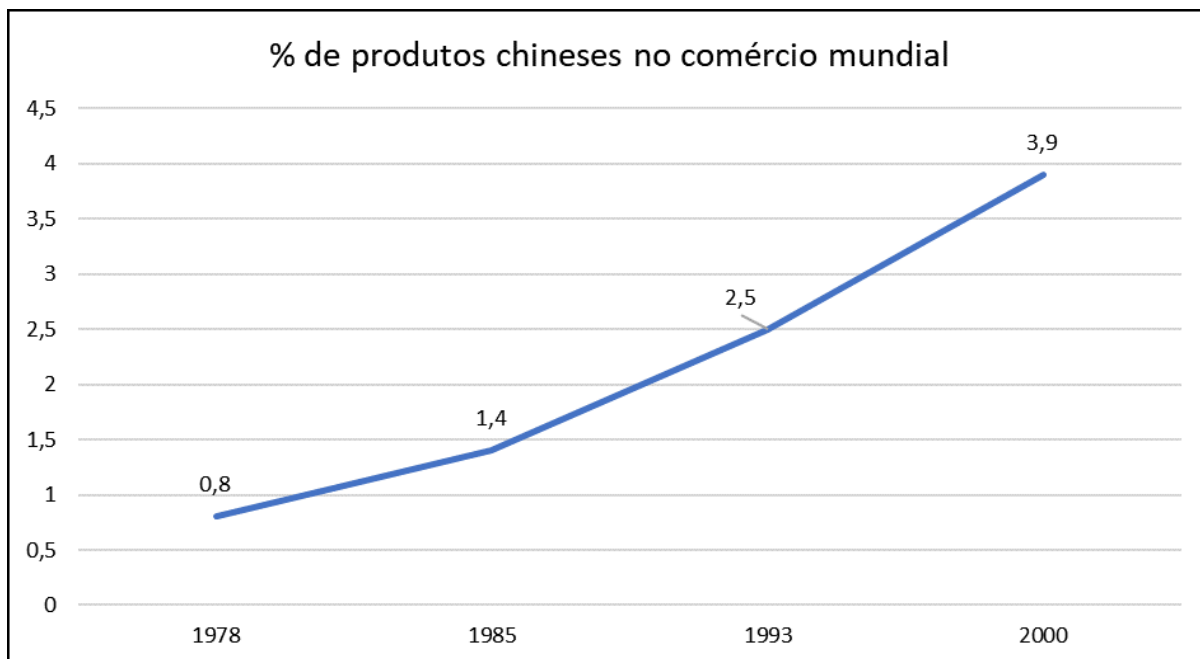


Dados retirados de WORLD BANK, 2023.

O contínuo e acelerado crescimento dos quatro indicadores econômicos supracitados (PIB, PIB per capita, exportações anuais e importações anuais) indica maior participação chinesa no comércio mundial. Isto pode ser visto no Gráfico 7⁶. De uma pequena participação de 0,8% em 1978, a China passa a ser responsável por 3,9% das exportações mundiais, em 2000, o que corresponde ao 7º maior país exportador do mundo (UNCTAD, 2021).

Gráfico 7-

⁶Os dados da UNCTAD apresentam os números de exportações de bens chineses separadamente dos bens provenientes dos territórios de Hong Kong e Taiwan.

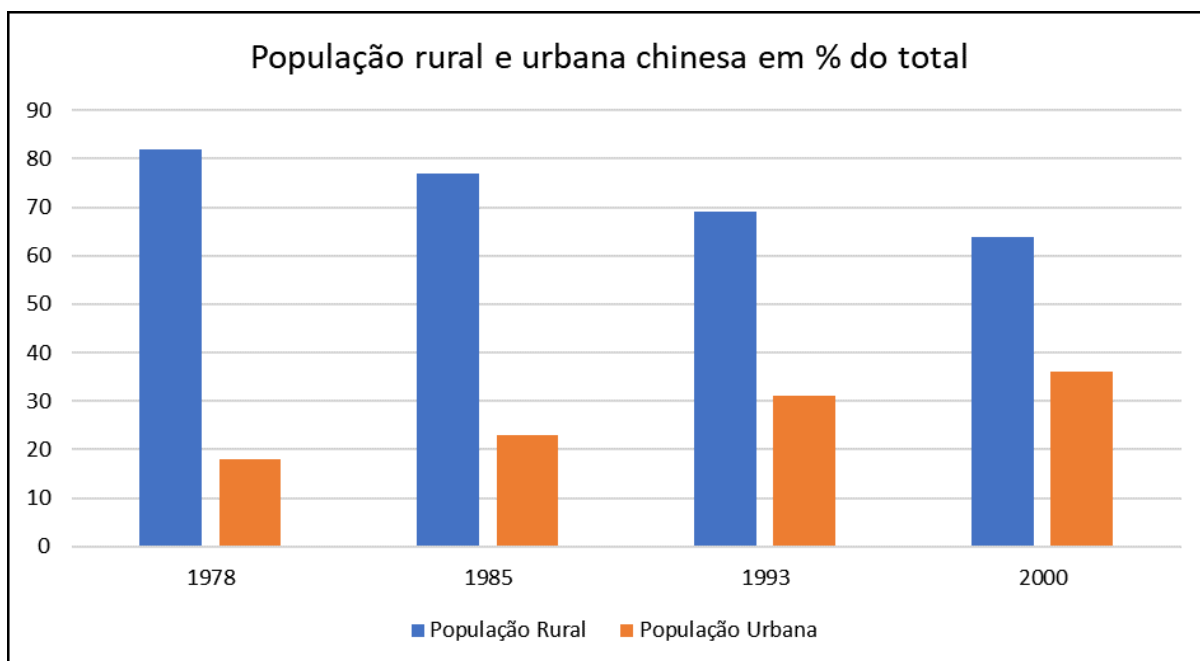


Dados retirados de UNCTAD, 2021.

Alinhado com o crescimento econômico, as reformas de 1978 impulsionaram mudanças sociais e políticas. A transformação chinesa atravessa uma reconfiguração na produção nacional, sendo possível observar aumento da população urbana, da produção de produtos manufaturados e de serviços - apesar de um primeiro incentivo à produção rural ao início das reformas, principalmente nos anos de 1980 a 1983 (Medeiros, 2012). O êxodo rural chinês aponta, portanto, para uma industrialização da economia. Com isso, a China diminuiu a dependência de produtos agrícolas e aumentou a capacidade produtiva de bens com cada vez maior valor agregado.

Como pode ser visto no Gráfico 8, esse processo ocorre de maneira rápida. Em 1978, cerca de 785 milhões de habitantes, correspondentes a 82% da população total, encontravam-se em áreas rurais. Duas décadas depois, percebe-se que aproximadamente 452 milhões ocupam áreas urbanas, representando 36% da população total (WORLD BANK, 2023).

Gráfico 8 -



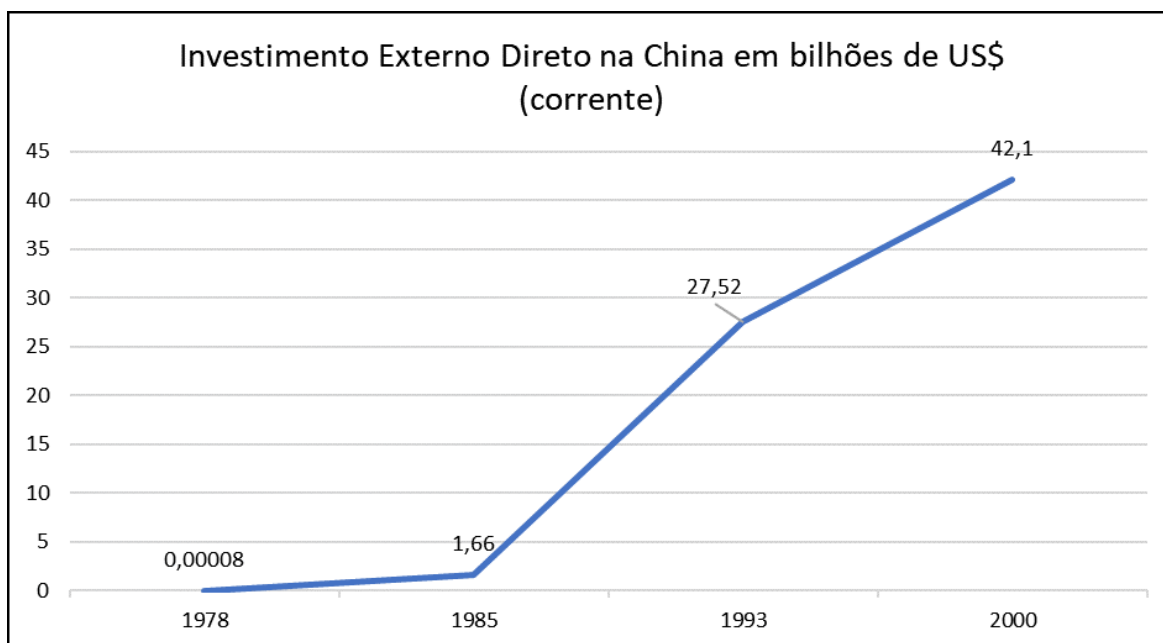
Dados retirados de WORLD BANK, 2023.

Para além dos resultados das reformas de 1978, direcionando o desenvolvimento chinês para um modelo de crescimento a partir da exportação, é notável que o sucesso desta estratégia esteja conectado com a assimilação das normas comuns aos países participantes do comércio internacional. Como mais adiante será explorado, as reformas internas chinesas buscaram aderir a estas regras, alterando a legislação, ao diminuir tributos, e incentivando maior participação do capital privado. Por ora, a descrição dessa “abertura” será limitada à análise dos Investimentos Externos Diretos, apresentados no Gráfico 9.

No Gráfico 9, ao fim da década de 1970, o valor de IED em território chinês era praticamente nulo, equivalente a um montante de US\$ 80 mil (WORLD BANK, 2023). Com a progressão das reformas e o contínuo progresso em direção ao alinhamento com as diretrizes do comércio internacional, a China passa a destino mais rentável para esse capital, atingindo ao fim do século XX cerca de US\$ 42 bilhões, valor equivalente à 3,5% de seu PIB no ano de 2000 (WORLD BANK, 2023).

Gráfico 9⁷ -

⁷ Não foram encontrados os dados referentes a este índice sobre o ano de 1978. Assim, optou-se por utilizar os dados do ano de 1979, período mais antigo presente na base de dados do Banco Mundial.



Dados retirados de WORLD BANK, 2023.

Tomados de forma isolada, esses dados mostram o desenvolvimento chinês após o início das reformas de 1978. Observa-se como um acelerado e constante crescimento ocorre em todos os tópicos selecionados, levando à percepção de que a China conseguiria obter rápidos e relevantes resultados com as reformas iniciadas por Deng Xiaoping.

Como observado por Silva, a estratégia de desenvolvimento do PCCh pode ser analisada em três partes: a primeira, entre 1980 e 1990; a segunda, entre 1990 e 2000; e a terceira entre 2000 e 2050. Todas elas têm o mesmo fim, o de realizar o desenvolvimento chinês (SILVA, 2008). As duas primeiras partes, durante as últimas décadas do século XX, com focos específicos em iniciar as reformas e aprofundá-las, podem ser observadas nos gráficos citados acima. Nestes períodos, observa-se como o volume comercial chinês aumentou, como o país passou a receber maiores investimentos e, como escreve Silva (2008), como gradativamente aumentou sua participação e importância no cenário internacional.

Pode-se perceber a importância da entrada chinesa à Organização Mundial do Comércio quando se observa a grande evolução da participação comercial do país asiático no mundo. Em apenas uma década após sua entrada na OMC, a China tornou-se o líder mundial em exportações de bens em 2010, configurando uma multiplicação de 4,8 vezes do montante neste período (THORSTENSEN, 2010). Atualmente, a China é o país com o maior valor de bens e serviços exportados, com US\$ 3,5 trilhões no ano de 2021 (WORLD BANK, 2023). Este indicador leva ao diagnóstico de que a adesão à OMC consegue abrir o mercado

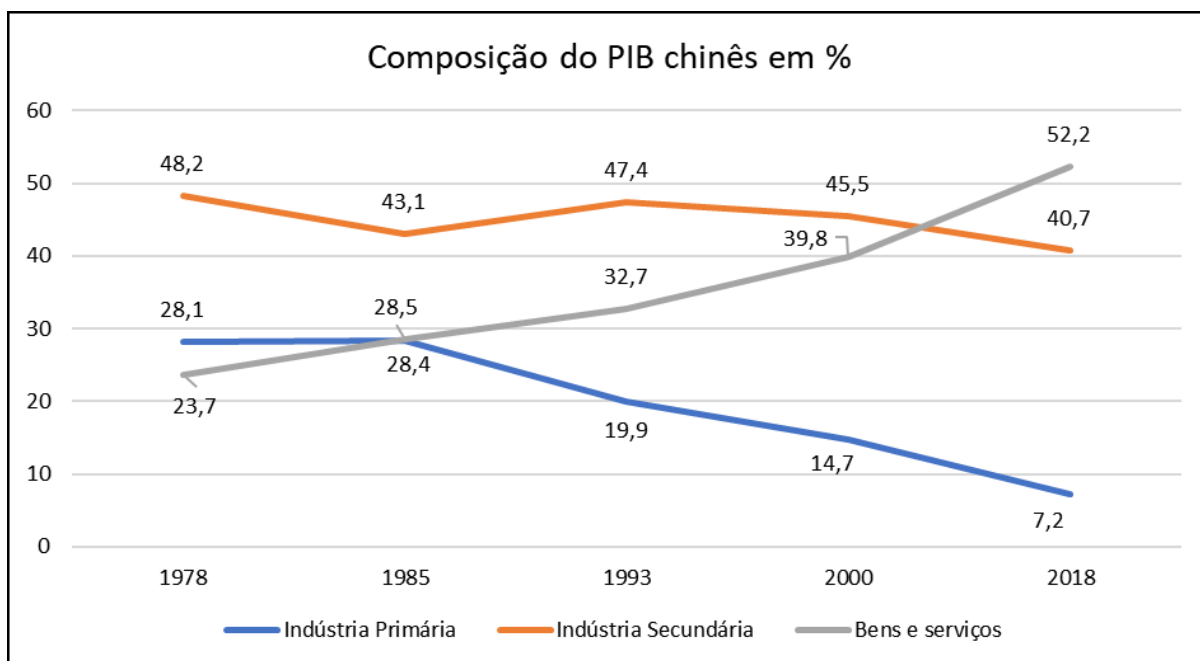
mundial para produtos chineses, que conseguem expandir seu alcance através da organização.

Processo semelhante ocorre com o valor de importação de bens e serviços para a China. Apesar de um crescimento constante pré-OMC, a partir de 2001 esta evolução acelera de maneira exponencial, demonstrando como que a organização consegue auxiliar o processo de desenvolvimento chinês. Enquanto em 2000, a China importava cerca de US\$ 224 bilhões, este montante em 2021 é de US\$ 3,1 trilhões (WORLD BANK, 2023).

Ambos os indicadores, de exportação e importação de bens e serviços, refletem na participação de produtos chineses no mercado mundial. Como a UNCTAD (2021) reporta, antes do ingresso à OMC, a China era responsável por 3,9% das exportações mundiais no ano de 2000. Esta parcela sobe para 14,7% no ano de 2020, representando ganhos reais de mercado após sua adesão à organização.

Tanto o seu crescimento econômico quanto a sua participação no comércio mundial estão diretamente relacionados com as reformas de 1978. Estes fatores são amparados por um exercício de comparação, de uma China da primeira metade do século XX, cuja realidade era pautada por uma economia rural, dependente de exportações de produtos de baixo valor agregado, para uma China do século XXI, com uma economia composta cada vez mais por produtos manufaturados (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2022). Tal fato é reportado também pelo governo da China, demonstrando que de 1978 a 2018 a participação da indústria primária na composição do PIB chinês diminui à medida em que os outros setores passam a ganhar maior relevância, como ilustrado pelo Gráfico 10:

Gráfico 10 -



Dados retirados de CHINA STATISTICAL YEARBOOK, 1999-2019

Outra possibilidade de análise é avaliar os dados apresentados com aqueles mais recentes. O Gráfico 1 mostra o acelerado crescimento do PIB chinês entre os anos de 1978 e 2000, registrando um PIB de aproximadamente US\$ 1,2 trilhão e tornando-se a sexta maior economia do mundo (WORLD BANK, 2023). Em 2021, este número passa a ser cerca de US\$ 17,7 trilhões, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América com US\$ 23 trilhões (WORLD BANK, 2023). Este dado mostra que a adesão à OMC não afetou o ritmo do constante crescimento, permitindo que a China ultrapassasse o PIB de grandes economias mundiais como Japão, Alemanha e Reino Unido, por exemplo.

Crescimento semelhante acontece com o PIB per capita, alcançando aproximadamente US\$ 12 mil, dando sequência ao processo de aumento de renda da população chinesa. Este, apesar de um crescimento médio anual de 8,4%, ainda não se situa ao nível de outras grandes economias como as supracitadas (WORLD BANK, 2023). Este grande salto em 2021, que representa um PIB per capita mais do que dez vezes maior do que o do ano de 1978, ainda é relativamente pequeno, sendo aproximadamente seis vezes menor do que o PIB per capita estadunidense (WORLD BANK, 2023).

Como apontado, o desenvolvimento chinês entre o período de 1978 e 2000 é fruto de uma transformação política instaurada pelo PCCh. A partir da análise de seu passado recente, Deng Xiaoping incorpora em seu discurso os erros de Mao Tse-tung e da “Herança Maldita”, e dá início ao seu processo de revitalização da nação chinesa com as Reformas de 1978 (SOUZA, 2018).

As Reformas de 1978 lograram em aumentar a capacidade produtiva chinesa, criando um sistema de alimentação nacional (JABBOUR, 2020). A partir deste sistema, a “virada ao mercado” consegue ser aplicada ao longo de seu extenso território, com a instauração de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e mudanças políticas, financeiras e estruturais, que buscam alinhar o país com as diretrizes previstas no sistema mundial de comércio.

Outrossim, o desenvolvimento chinês ganha ainda mais força após o ano de 2001, com a adesão do país à Organização Mundial do Comércio. Apesar deste período não fazer parte do recorte temporal adotado por esta pesquisa, é impossível não perceber que a relação China-OMC gerou grandes frutos para o desenvolvimento do país no século XXI.

Dessa maneira, preservando a discussão dentro do escopo deste trabalho, questiona-se a relevância da adesão à OMC para a estratégia de desenvolvimento chinesa. Não colocando em dúvida sua eficácia no período posterior ao ano de 2001, os próximos capítulos buscam identificar como que a escolha política do Partido de se adequar às normas e exigências para o ingresso à OMC relaciona-se com as reformas de 1978.

No próximo capítulo será discutido o ingresso da China no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e, posteriormente, à OMC. Nele serão abordados tanto o histórico de ambas as organizações, como as relações com a China, acompanhando o processo de adesão que é concluído ao fim do ano de 2001.

2 A CHINA FRENTE AO GATT E OMC

Como apontam os dados apresentados ao final do capítulo 1, o desenvolvimento chinês ganha impulso e relevância após a sua entrada na Organização Mundial do Comércio. É visível que após 2001, a China alcança posições de destaque no sistema mundial de comércio, sendo por vezes considerada uma potência econômica (SAWAYA, 2011). Contudo, este não é o nosso foco.

Neste capítulo, examinaremos com mais detalhe o desenvolvimento da China de 1978 a 2001. Começaremos com os primeiros contatos entre o Governo chinês e o GATT, mostrando a natureza do interesse estratégico do país com o âmbito do comércio internacional. Esta análise inicia-se ao longo da primeira seção, com a realização de uma breve discussão acerca das características do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), assim como o pleito de readmissão chinesa ao Acordo.

A transformação do GATT em OMC é discutida na seção seguinte. A esse respeito, como será detalhado, as atualizações jurídicas e institucionais geradas pela Rodada do Uruguai têm grande relevância na estrutura da Organização, que passa a ser uma Organização Internacional mais robusta e com maior relevância nas Relações Internacionais. Nota-se a influência que o processo de adesão chinesa à Organização possui sobre a sua estratégia nacional de desenvolvimento. Durante este momento de transição, é possível perceber o caminho por onde a transformação política chinesa seguiria, direcionando o país para as reformas internas e atualização de instituições com fim de adequar-se aos padrões GATT/OMC,

Realizado isto, parte-se para a última seção deste capítulo, retratando o processo de adesão da China à OMC. Evidenciam-se os diversos embates que ocorreram gerados pelas diferenças entre as medidas liberais demandadas pela Organização e a tradição socialista chinesa. Ademais, alguns aspectos políticos e sociais são abordados durante esse processo, gerando dificuldades maiores do que apenas as reformas econômicas necessárias. No Partido Comunista da China (PCCh), havia uma ala conservadora, que considerava a entrada na OMC como um passo em direção ao declínio do socialismo. Ao mesmo tempo, externamente, as tentativas chinesas de ampliar sua participação no comércio mundial são contidas e dependentes de sua relação comercial e diplomática com os Estados Unidos, variando entre períodos de aproximação e distanciamento, que culminam em avanços e atrasos durante as negociações.

Outro aspecto a se considerar é que a relação China-GATT-Taiwan afetará o processo de adesão chinesa à OMC. Os embates decorrentes dessa relação mostram-se presentes tanto nas rodadas de negociações da Organização, quanto no processo de negociações bilaterais com seus países-membros.

Por fim, as diferenças ideológicas entre setores concorrentes de dentro do PCCh ilustram o grande esforço institucional necessário para que a China seguisse com a sua ambição de ingresso à Organização.

Ao longo deste capítulo será possível perceber a importância da estratégia chinesa de desenvolvimento para o seu ingresso à Organização Mundial do Comércio. A partir de 1978, a China inicia as reformas que conseguem transformar o país. Com isto, o país asiático aproxima-se de um modelo de Estado ocidental, tornando sua presença dentro do núcleo do Sistema Internacional um processo mais aceitável. Este processo é facilitado pelas relações do país com os EUA que, devido à sua posição de liderança global, atua como o *gatekeeper* das relações chinesas com a OMC, e por extensão, com o sistema de comércio mundial.

2.1 HISTÓRICO E PARTICIPAÇÃO CHINESA NO GATT

Instituído no ano de 1947, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) reúne os representantes de vinte e três países com o objetivo de delinear novas regras de comércio mundial, visando uma remodelação deste a partir da realidade protecionista pós-1930. Apesar de ser um movimento multilateral, Rêgo (1996) aponta que as pretensões liberais do GATT refletem a grande importância dos Estados Unidos e da Inglaterra, dois países com grande influência e relevância internacional no período.

Foi sob seus auspícios que o Conselho Econômico e Social da recém criada Organização das Nações Unidas (ONU) convocou uma Conferência sobre o Comércio e Emprego. Nela foi apresentado o documento intitulado Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que foi escrito basicamente pelos Estados Unidos e a Inglaterra, propunha regras multilaterais de comércio internacional, com o objetivo de evitar a repetição da onda protecionista que marcou os anos 30 (RÊGO, 1996, p.6)

Enquanto instrumento internacional, o GATT intenta regular o sistema mundial de comércio, enquanto uma outra organização mais estruturada pudesse ser criada, no caso, a Organização Internacional do Comércio (OIT). Apesar desta característica originária, com a falha da ratificação estadunidense dos acordos de Havana, em 1948, o GATT passa cada vez mais a incorporar cláusulas e provisões, expandindo sua atuação. Mesmo assim, como

mostra Rêgo (1996), diferentemente de outras organizações como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o GATT não concretiza uma personalidade jurídica.

Este diagnóstico norteia os passos seguintes das nações participantes deste concerto internacional de comércio. Após a concretização da Rodada de Genebra⁸ em 1948, que culmina com a criação do GATT, outras sete rodadas se sucederam: Annecy (1949)⁹; Torquay (1950-1951)¹⁰; Genebra (1955-1956)¹¹; Dillon (1960-1961)¹²; Kennedy (1963-1967)¹³; Tóquio (1973-1979)¹⁴; e Uruguai (1986-1993)¹⁵. Com cada uma realizando progressivas discussões acerca dos tópicos comerciais, tarifários e não tarifários, desenha-se o caminho para a constituição, durante a Rodada do Uruguai, da OMC.

A discussão deste tópico, após esta breve introdução sobre a formação do GATT, passa a ser a participação chinesa ao longo deste processo. A China participou ativamente como um dos vinte e três países fundadores do acordo em 1947. Esta participação, porém, é suspensa após a fundação da República Popular da China (RPC) em 1949, fazendo com que o antigo governo da então República da China (RC) ocupasse o território de Taiwan e assumisse a participação dentro do GATT até o ano de 1950, quando notifica sua decisão de retirada do acordo (HSIAO, 1994).

O embate entre a RPC e a RC, ou entre China e Taiwan, é fator determinante do processo de adesão chinesa tanto ao GATT quanto à OMC. Desde sua fundação, a RPC não reconhece a legitimidade da RC e, portanto, não considera a retirada do acordo como válida. Dessa maneira, a RPC adota um discurso de reingresso ao GATT, no lugar de ingresso, recuperando o fato da China ser um dos membros fundadores do acordo.

A sequência do processo de adesão ao GATT se deu ao longo da década de 1980, período em que havia otimismo quanto ao ingresso chinês no acordo, com o país realizando as reformas internas necessárias para tal. Este processo foi interrompido em 1989, quando

⁸ Nesta rodada o tópico das negociações foi: tarifas (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2023)

⁹ Nesta rodada o tópico das negociações foi: tarifas (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2023)

¹⁰ Nesta rodada o tópico das negociações foi: tarifas (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2023)

¹¹ Nesta rodada o tópico das negociações foi: tarifas (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2023)

¹² Nesta rodada o tópico das negociações foi: tarifas (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2023)

¹³ Nesta rodada os tópicos das negociações foram: tarifas e medidas *anti-dumping* (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2023)

¹⁴ Nesta rodada os tópicos das negociações foram: tarifas, barreiras não tarifárias e acordos-quadro (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2023)

¹⁵ Nesta rodada os tópicos das negociações foram: tarifas, barreiras não tarifárias, regras, serviços propriedade intelectual, sistema de solução de controvérsias, produtos têxteis, agrícolas, criação da OMC etc. (WORLD TRADE ORGANIZATION, 2023).

ocorreram os protestos de Tiananmen (HSIAO, 1994). Como será discutido mais adiante, este evento é utilizado por países do mundo, principalmente os EUA, como justificativa para demandar maiores concessões por parte da China durante as negociações, como por exemplo o cumprimento dos Direitos Humanos. Dentro do país americano, a concessão anual do princípio de Nação Mais Favorável (NMF) à China seria suspensa a partir deste evento, sendo retomados apenas em 1994 (WANG, 2010).

Após os protestos, a posição chinesa enfraqueceu significativamente frente a sua aspiração de participar do GATT. Não havia mais a força política para pautar o seu reingresso a partir do não reconhecimento da RC e da retirada do país do Acordo. Para a retomada das negociações sobre a adesão chinesa ao regime de comércio internacional, o país abandonou este discurso, realizando seu ingresso através do processo padrão. Soma-se a isso o fato de que a década de 1990 foi um período em que a China intensificou suas reformas domésticas, com o objetivo de acelerar este processo e superar as consequências dos protestos.

2.2 A TRANSFORMAÇÃO DO GATT EM OMC

A passagem do GATT à OMC é marcada pelas sucessivas rodadas de negociação de regras de comércio internacional. Em 1986, inicia-se a Rodada do Uruguai, considerada uma das mais importantes e mais longas que já houve. Com a participação de países de variadas dimensões e níveis de desenvolvimento, realizaram-se as negociações mais amplas sobre questões econômicas (RÊGO, 1996). Devido aos seus objetivos ambiciosos, a rodada do Uruguai termina apenas em 1993, apesar de haver tido uma previsão de conclusão dos trabalhos no ano de 1990. Dentre os resultados obtidos, podem-se citar: corte em tarifas de importação; reincorporação dos produtos agropecuários ao sistema multilateral de comércio; incorporação de produtos têxteis e do setor de serviços ao sistema multilateral de comércio; o Acordo sobre os Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS); aperfeiçoamento de instrumentos de defesa comercial; e a criação de um novo sistema de solução de controvérsias (RÊGO, 1996).

Enquanto a importância da Rodada do Uruguai pode ser abordada a partir de diferentes aspectos, define-se como a sua maior conquista a construção da Organização Mundial do Comércio. Assim como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, a OMC surge

como resposta à onda protecionista das décadas anteriores (RÊGO, 1996). Com seu início em 1995, a OMC era composta por 120 membros e com 29 em processos de negociação para adesão. Postula sua atuação com o fim de dar continuidade e maior amplitude aos trabalhos do GATT, seguindo o mesmo objetivo de regular e liberalizar o sistema internacional de comércio.

A criação da OMC apresenta inovações técnicas que permitem maior influência e poder dentro do Sistema Internacional. A constituição de uma personalidade jurídica garante à Organização maiores garantias e a coloca no mesmo patamar de outras organizações, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, seu novo Sistema de Solução de Controvérsias (SSC) consegue ser mais eficaz, quando comparado com o do seu antecessor, o GATT (RÊGO, 1996). Esta pode ser definida como a mais importante transformação do sistema multinacional de comércio.

Apesar de objetivos semelhantes, a maior capacidade da OMC de regular esse sistema, em comparação com o GATT, torna esta organização internacional um ator central dentro do comércio mundial. Com uma regulamentação mais eficaz e abrangente, gera maior *accountability* e respeito, aumentando ainda mais a sua esfera de influência (BENJAMIN, 2013).

A atuação da OMC vai se orientar por três objetivos e dois princípios. Dentre os objetivos: 1) gerar maior previsibilidade das condições em que opera o comércio internacional; 2) garantia de acesso aos mercados; e 3) competição justa. Quanto aos princípios: 1) a não-discriminação; e 2) a reciprocidade (RÊGO, 1996).

Ambos os princípios citados são fundamentais para o sucesso dos objetivos previstos. O princípio de não-discriminação é descrito a partir das cláusulas de Nação Mais Favorecida (NMF) e do tratamento nacional (RÊGO, 1996). A primeira cláusula postula que:

cada parte contratante é obrigada a conceder o mesmo tratamento tarifário a todas as demais partes contratantes. Ademais, qualquer vantagem ou privilégio relacionado a importações e exportações concedido por uma parte contratante a outra deverá ser “imediate e incondicionalmente” estendido a todas as demais partes contratantes. Em síntese, é um princípio de não discriminação entre nações (THORSTENSEN, RAMOS e MULLER, 2011, p. 4).

Determina-se, portanto, que uma tarifa acordada sobre um produto entre dois países membros da OMC deve ser estendida também para os outros membros da organização, independentemente do nível de desenvolvimento ou capacidade econômica das partes. Rêgo

analisa a vantagem que a cláusula NMF pode gerar para os países em estágios de desenvolvimento mais atrasados:

(...) automaticamente se beneficiam das reduções tarifárias negociadas bilateralmente por grandes produtores e importadores, ao mesmo tempo em que lhes dá alguma garantia de que não serão alvos preferenciais de medidas protecionistas durante períodos de desaceleração econômica ou de perda de competitividade das indústrias dos países desenvolvidos (1996, p.13)

A segunda cláusula, do tratamento nacional, determina que o produto importado deve receber o mesmo tratamento de produtos nacionais. Dessa maneira, busca-se evitar a criação de medidas protecionistas contra produtos estrangeiros, estendendo o incentivo nacional à sua produção aos bens importados.

O princípio da reciprocidade é complementar à cláusula NMF. Enquanto determina-se a obrigação de extensão da menor tarifa cobrada aos países membros, o princípio da reciprocidade atua como mecanismo que evita a ocorrência de *free-riding*. Ao mesmo tempo que a cláusula NMF gera benefícios para países com menos poder econômico, o princípio da reciprocidade atua para que não haja um benefício desproporcional entre os países (RÊGO, 1996).

Enquanto uma organização com o objetivo de regular o comércio internacional, a OMC surgiu com medidas inovadoras dentro de sua estrutura funcional. É assim que o seu Sistema de Solução de Controvérsias (SSC) é retratado, apesar de suas inspirações nas tentativas anteriores feitas pelo GATT (BENJAMIN, 2013). Os mecanismos do “novo modelo” de SSC desenvolvido pela Organização são, de acordo com Rêgo (1996, p.15), “mais rápidos e automáticos e menos sujeitos a bloqueio que os do antigo GATT”.

Com a autoridade de estabelecer investigações, identificar possíveis recomendações e, se necessário, impor medidas retaliatórias, o SSC da OMC consegue gerar maior *accountability* à organização. Dessa forma, contribui para ampliar a credibilidade da OMC, fortalecendo ainda mais sua posição dentro do sistema mundial de comércio (BENJAMIN, 2013).

A transformação do Acordo em Organização mostra o contínuo esforço dos países em construir um sistema regulado de comércio. As décadas de negociações mostram que esta não é uma tarefa fácil, assim como a existência de países não signatários à OMC. Enquanto os interesses da Organização e de seus fundadores não são, diretamente, o objeto em discussão, é possível observar as suas tendências às práticas liberais. Para a China, esta

personalidade entra em conflito com sua tradição socialista. De fato, como veremos a seguir, o processo de adesão à organização passa, também, por uma grande promoção interna para sua própria população, com o fim de promover a aceitação de seu ingresso e convencer setores burocráticos contrários às Reformas.

2.3 O PROCESSO DE ADESÃO CHINÊS À OMC

O início das reformas em 1978 mostra a nova direção tomada pelo Partido Comunista Chinês em busca do desenvolvimento. Como será maior detalhado no terceiro capítulo, o processo de abertura comercial se dá de maneira gradativa e engloba mudanças políticas, sociais e econômicas.

Com isso, nota-se que o processo de adesão não ocorre no vácuo, isto é, o ingresso na OMC é uma extensão natural das reformas de 1978. Feng observa que “a decisão de Pequim de integrar-se cada vez mais com o mercado mundial ao aderir à OMC está enraizada no contexto do início do processo de reformas domésticas e abertura comercial do fim da década de 1970” (FENG, 2017, p.64)¹⁶. Dessa maneira, observa-se como os eventos a partir das reformas são condizentes com esta mesma estratégia - da reconstrução nacional após a “Herança Maldita”, passando pela retomada de relações diplomáticas com os Estados Unidos em 1979 até os esforços de reingresso ao GATT.

Apesar da adesão à OMC ser condizente com a estratégia inicial das reformas de 1978, o ingresso chinês na Organização não ocorre de maneira fluída, nem no cenário nacional nem internacional. A partir da ascensão de Deng Xiaoping, a liderança do PCCh possui grande força da ala reformista, o que possibilita que o Partido dê início às reformas, apesar das críticas sobre suas características liberais e ocidentais pela ala adversária (FENG, 2017).

Com maior poder dentro do PCCh, a ala reformista pró-OMC enxergava na adesão à Organização mais do que um voto de confiança no sistema internacional de comércio. Para Deng Xiaoping e aliados, a justificativa da participação chinesa na OMC se dava pelos benefícios econômicos e políticos que poderiam ser gerados. Ao mesmo tempo em que sua ascensão é uma continuação natural das reformas de 1978, como mostra FENG (2017), é sinal de aprofundamento das mesmas. Isto garante à estratégia de desenvolvimento chinesa

¹⁶ Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

maior estabilidade, além de significativos frutos no longo prazo como: crescimento do PIB, maior participação no comércio mundial e maior Investimento Externo Direto (IED) (FENG, 2017). Percebe-se como que estes fatores são os mesmos objetivos que as Reformas de 1978 buscavam: o desenvolvimento econômico a partir do comércio exterior e, como será abordado no próximo capítulo, a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento do capital é um requisito central deste processo.

Dessa maneira, o setor reformista observava que o processo de globalização tendia a se aprofundar e que o acesso à OMC era uma oportunidade da China de participar no sistema de comércio mundial de maneira mais lucrativa: “dada a posição chinesa no mercado mundial, é inegável que a sua entrada no regime internacional de comércio pode gerar melhorias para a economia chinesa” (FENG, 2017, p.70)¹⁷.

Ainda que a favor das reformas e da entrada na OMC, o setor reformista também visualizava possíveis consequências que esta relação poderia gerar para o país. A aceitação tácita das “regras do jogo” da OMC não significava alinhamento com os padrões liberais adotados pela organização e pelo Ocidente. Na verdade, Feng afirma que esta estratégia é tomada por indivíduos pragmáticos que são a favor de um Estado ativista e intervencionista na economia e que estavam em busca de um objetivo nacional (2017, p.77). Como já pontuado anteriormente, essa característica será abordada no próximo capítulo, sendo possível traçar um paralelo desse momento descrito com o pragmatismo de Deng Xiaoping desde o início das Reformas de 1978, retratando um embate ideológico que o Socialismo com Características Chinesas adequa à sua realidade material.

Em oposição aos reformistas, o setor conservador. Estes eram contrários a essa estratégia de desenvolvimento e a qualquer participação em instituições liberais. Afinal, “Para eles, a integração da economia chinesa com o comércio mundial é se render à ideologia capitalista, atuar sob suas regras e cooperar, se não se subordinar, com a ordem mundial capitalista” (FENG, 2017, p, 84)¹⁸. Como mencionado anteriormente, as características liberais da Organização mostram-se contrárias àquelas que a tradição socialista adota. O setor conservador do PCCh sustentava que esta nova relação poderia ser prejudicial para o país, apontando para os riscos de geração de desemprego e desigualdade social devido à participação do país na OMC e para o cumprimento das demandas draconianas dessa participação. Pontuava, também, que as reformas iniciadas em 1978 eram parte de processos

¹⁷Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

¹⁸Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

de “americanização” e “ocidentalização” que estavam fadados a destruir tanto o sistema econômico socialista quanto os valores e cultura do país (FENG, 2017). Para este setor, uma melhor alternativa para a estratégia de desenvolvimento chinesa seria uma opção de abertura comercial mais lenta ou até mesmo a retomada das práticas isolacionistas de períodos anteriores (FENG, 2017).

Em um primeiro momento, os conservadores conseguem dificultar os avanços de Deng e seus aliados. Como Feng (2017) observa, a restrição geográfica dos primeiros acordos econômicos internacionais às Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) é relacionada a isso. Porém, a partir da metade da década de 1990, com o sucesso das ZEEs e o reconhecimento oficial do Partido sobre a centralidade do mercado para o desenvolvimento nacional, o setor conservador do PCCh perde força dentro do debate interno (FENG, 2017, p.83) e se torna cada vez mais marginalizado dentro da alta cúpula do Partido, fortalecendo ainda mais a estratégia em favor da maior participação no comércio mundial (FENG, 2017, p.91).

Enquanto o embate interno do PCCh refletia as disputas da construção ideológica do Socialismo com Características Chinesas (SCC), no âmbito internacional evidenciaram-se a importância das Reformas de 1978 para o processo de adesão. O ingresso na OMC demandava adaptações que extrapolavam as políticas econômicas, como o fortalecimento de legislações, ampliações de práticas de transparência e respeito às regras e leis internacionais. Com isto, visualizava-se que, para a China, o processo de adesão estava diretamente relacionado a outras áreas de governo, como por exemplo com a diplomacia e com a política externa.

Para integrar-se efetivamente com a economia mundial, a política externa chinesa tem de estar alinhada com as normas internacionais do existente regime. O processo de internacionalização chinês, graças às reformas de Deng, não apenas expandiu seu comércio com o mundo exterior, mas também trouxe ideias internacionais para todos os níveis de governo e sociedade (FENG, 2017, p. 157)¹⁹.

A mudança na imagem externa do país foi elemento de grande importância para as reformas. Como Feng (2017) pontua, o gradativo relaxamento do controle estatal na economia e na sociedade foram peça fundamental para o ingresso na Organização. Esta nova imagem chinesa auxiliou o país no cenário de negociações bilaterais com os países membros da organização, principalmente com os EUA.

¹⁹Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

As relações sino-americanas controlaram o ritmo dos avanços da adesão chinesa à OMC. Com seu grande poder dentro da organização, os Estados Unidos conseguiram atuar como o *gatekeeper* da Organização, demandando dos países que desejavam pleitear o ingresso a sua aprovação. Esta posição deu aos EUA uma vantagem política considerável. Como *gatekeeper* e, de certa maneira, propositor das normas da Organização, conseguia controlar que países podiam ser aceitos e a que custo essa concessão podia ser feita. Enquanto para a China o ingresso era um atestado de aceitação pelo ocidente, para os EUA era uma oportunidade de fazer o país asiático comprometer-se com mais reformas (FENG, 2017). Shaffer e Gao (2021) e Tuan e Hsu (2001) mostram como a sua relevância dentro da Organização também é refletida na sua capacidade de ditar os termos da negociação, fazendo com que após um acordo ser firmado com ele, os outros membros também seguiriam o mesmo caminho.

As relações entre China e Estados Unidos mostraram-se voláteis, antes mesmo do desejo chinês de ingressar à OMC. Desde 1950, por exemplo, havia um embargo comercial sobre a China. A reaproximação desses países ocorreu apenas no ano de 1972, com esforços do governo Nixon de abrir diálogo com o país asiático (WANG, 2010).

Pautada sobre a lógica de um contexto de Guerra Fria, a retomada de relações diplomáticas entre EUA e China ocorreu em 1979, com o reconhecimento da RPC por parte estadunidense. Frutos positivos já foram colhidos no ano seguinte, quando o Congresso norte-americano aprovou um acordo comercial que conferia à China o status de Nação Mais Favorecida (NMF).

A concessão do status de NMF torna-se uma moeda de troca americana. Por ser uma concessão anual e vinculada a uma legislação²⁰ que atrela a concessão de benefícios comerciais ao cumprimento dos direitos humanos, esta medida foi utilizada para demandar cada vez maiores mudanças internas ao governo chinês (WANG, 2010). A análise anual deste status era uma oportunidade que os críticos das relações sino-americanas encontraram para protestar, apontando para o crescente déficit comercial do país para com a China, além de reforçar estratégias nacionais que identificavam o país asiático como um inimigo, e não um aliado ou parceiro econômico²¹.

²⁰ Emenda Jackson-Vanik de 1974

²¹ Texto original em inglês. Tradução própria do autor. Postura semelhante também pode ser encontrada no Relatório Quadrienal de Defesa de 2001 e na Estratégia Nacional de Defesa dos Estados Unidos da América de 2002 em que se observa a possibilidade da China se tornar uma ameaça (apud. Wang, 2010, p. 194-5)

A década de 1980 apresenta-se como um período em que ambos os países buscavam ampliar as relações bilaterais. A China continuou a pôr em prática sua estratégia de desenvolvimento nacional e os Estados Unidos beneficiaram-se de um novo e grande mercado cujo acesso era cada vez mais fácil. Alinhando o desejo chinês de atrair o capital estrangeiro, ao menos dentro das ZEEs inicialmente, com a intenção estadunidense de expandir sua influência comercial, é nesta década que se iniciam as instalações de grandes empresas americanas em território chinês como, por exemplo: Coca Cola, American Express, American Motors e Gillette (WANG, 2010).

Esse período é temporariamente suspenso no ano de 1989, com os protestos de Tiananmen. Os eventos foram alvos de diversas respostas negativas pelo lado americano, com duras críticas que demandavam punições como imposições de sanções econômicas e a suspensão de acordos bilaterais (WANG, 2010, p.190). Juntamente com o fim da Guerra Fria, o episódio da Praça de Tiananmen marca o fim dessa década de boas relações entre os países (WANG, 2010). A década de 1990, portanto, inicia-se com a China perdendo a sua posição estratégica de parte da diplomacia triangular americana na Ásia e sofre de ainda maiores críticas ao seu modelo de Estado, devido aos incidentes de Tiananmen.

Em 1993, o governo dos EUA seguiria neste processo de sanções, impondo cada vez maiores penalidades à China, como a imposição de sete condições relativas aos direitos humanos para a concessão do status de Nação Mais Favorecida. Porém, em 1994, o país decide voltar atrás e opta por desvincular as demandas humanitárias com o status de NMF. Wang (2010) afirma que esta mudança de postura está relacionada com a visão de que uma mudança interna chinesa só ocorreria com maior exposição aos valores ocidentais, portanto, um isolamento do país não teria o mesmo efeito. Assim, buscava-se o retorno de boas relações entre os países para que o acesso estadunidense pudesse ser cada vez maior dentro do território asiático. Dessa maneira, a “ocidentalização” não seria um fator de imposição e coerção, mas de convencimento e incorporação.

As relações sino-americanas desse período, portanto, ficam marcadas por sua característica de volatilidade. Enquanto que durante a maior parte da década de 1980 China e Estados Unidos aprofundam suas relações comerciais, alguns embates ideológicos e políticos surgem ao final da década, causando a suspensão temporária das relações de diversas frentes de negociações por anos, sendo o acesso à OMC uma delas.

É com este cenário, de disputas internas e externas, que a China realiza o seu processo de adesão à OMC. Formalizando sua solicitação perante o Conselho Geral da Organização, forma-se um Grupo de Trabalho responsável por avaliar o seu ingresso,

analisando os documentos apresentados que demonstram suas políticas comerciais e econômicas.

O ingresso chinês à OMC apresenta-se como grande novidade para o regime internacional de comércio. Assim como a adesão era importante para a China aprofundar o seu desenvolvimento e ampliar sua participação no comércio mundial, como apontam os índices econômicos do capítulo um, é igualmente relevante para o resto do mundo que um país com a dimensão, capacidade e mão de obra chinesa entrasse na OMC, comprometendo-se com as regras internacionais impostas.

Essas regras demandaram diversas transformações institucionais no país. Se, com as reformas de 1978, apontava-se para o início do processo gradual de flexibilização econômica chinesa, a década de 1990 revela um aprofundamento neste movimento (CHAMORRO, 2008), buscando cada vez mais adaptação ao padrão demandado pela OMC.

Políticas financeiras, monetárias e comerciais são adaptadas para tanto. A reforma do sistema bancário, em direção a uma maior flexibilização de participação de bancos estrangeiros, foi realizada num prazo de cinco anos após a adesão (LIN, 2001). Como Chamorro (2008) aponta, ao início da década de 1980, existia praticamente apenas o Banco Popular da China (BPC), com a função de banco central e comercial. Após reestruturações, em meados da década de 1990, este número ampliou-se para sete bancos públicos e surgiram entidades financeiras não bancárias, atuantes no mercado financeiro.

As empresas também passam por um processo de reforma. Para além da transição de uma política de substituição de importação para uma de promoção de exportação (FENG, 2017), a década de 1990 é um período de diversas privatizações. A dependência cada vez maior do desempenho de suas exportações faz com que o PCCh diagnostique que manter a posse de diversas empresas, cujas taxas de lucros eram mínimas ou negativas, não era mais de seu interesse. Assim, uma onda de privatizações é realizada, mantendo no controle do PCCh apenas as consideradas estratégicas. (PERKINS, 1994).

Há o comprometimento com a gradual diminuição de barreiras comerciais e tarifárias (CHAMORRO, 2008). Dentre as medidas tomadas na década de 1990, há a unificação do sistema de imposto de renda de pessoas jurídicas, igualando as condições entre as empresas com investimento estrangeiro e empresas nacionais.

Juntamente com a criação da OMC, a Rodada do Uruguai firma o Acordo sobre Direitos de Propriedades Intelectuais Relacionadas ao Comércio (TRIPS), criando um quadro jurídico para proteger os direitos de propriedade intelectual. Os avanços legais e institucionais geram a modificação e ampliação do arcabouço jurídico na área, com observa-

se com a Lei das Patentes, a Lei das Marcas e a Lei dos Direitos Autorais (CHAMORRO, 2008).

O alinhamento chinês às normas estabelecidas no TRIPS é uma continuação da estratégia de desenvolvimento chinesa, assim como foi o ingresso na OMC. Como Maskus (2004) observa, o cumprimento do TRIPS é uma condição necessária para o ingresso na Organização. E, anterior à OMC, Chamorro (2008) aponta para a já existente postura chinesa de progressiva ampliação dos direitos de propriedade intelectual, com o país sendo membro da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), assim como foi signatário de diversos acordos multilaterais acerca do tópico. A autora termina afirmando que: “o governo chinês está cada vez mais consciente da importância de proteger os direitos de propriedade intelectual” (CHAMORRO, 2008, p. 281).

Maskus (2004) faz sua análise em cima de dois pontos: o cumprimento chinês sobre os acordos TRIPS e a relação entre o TRIPS com o desenvolvimento econômico. Neste último ponto, afirma uma correlação direta entre a proteção dos direitos autorais com o aumento de investimentos e inovação tecnológica. De acordo com o autor, com maior garantia jurídica sobre os direitos de propriedade intelectual, a China pode colher maiores frutos no futuro, aproveitando-se de um cenário de competição e inovação que seria impossível dentro de um sistema cujas salvaguardas legais não existem. Apesar de apontar para as dificuldades que esta prática poderia gerar para países em desenvolvimento, colocando o país dentro de uma competição desigual, define-se que no longo prazo este problema poderia ser superado²² (MASKUS, 2004).

Já acerca de seu primeiro ponto, o autor mostra a maneira pela qual a China se adapta para reestruturar-se de acordo com as normas internacionais. Em sua exposição, ele aponta para os resultados prévios desta reforma, mostrando os avanços chineses em se adequar às regras do TRIPS. Dentre eles, cita os seguintes: a adoção do princípio de tratamento nacional; reformas e ampliação da proteção de direitos autorais, de marcas registradas e de patentes; remoção de limitações geográficas; e reformas na legislação contra práticas anticompetitivas (MASKUS, 2004, p.51-2).

O prolongado processo de adesão à Organização Mundial do Comércio deve-se, sobretudo, às dificuldades tanto internas quanto externas chinesas. Internamente, a

²² Nota-se a descrição das consequências previstas do alinhamento chinês ao TRIPS a partir de uma lógica de desenvolvimento capitalista. Apesar de não abordar esta discussão, é relevante ressaltar o modelo de produção chinesa socialista, com o investimento estatal tendo posição central no desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, compreende-se esta passagem de Maskus (2004) como uma interpretação que se torna limitada quando utilizada para analisar a China.

burocracia teve de ser reestruturada com o crescente aumento de poder político da ala reformista, representada pelo líder do PCCh, Deng Xiaoping, frente a organizada resistência da ala conservadora. Os embates ideológicos, assim, atrasam as reformas necessárias para a adequação às exigências da OMC (FENG, 2017).

Externamente, a China encontra grandes dificuldades para retomar uma posição no Sistema Internacional. O abandono de um passado recente de isolacionismo é promovido pelas reformas de 1978, principalmente, a partir da relação com os EUA. O processo de adesão à OMC, como observado, é dependente das relações bilaterais entre o país requerente e os países-membros da organização. Devido à sua importância, as relações sino-americanas retomadas em 1979 mostraram-se vitais para que a China conseguisse trilhar o caminho de desenvolvimento econômico e conquistasse cada vez mais confiança e espaço no Sistema Internacional, exemplificado pelo aceite de sua entrada na OMC no ano de 2001.

Para adequar-se às exigências da OMC, a China teve que realizar diversas reformas. Dentre elas: a reformulação de mais de três mil legislações, cortes de diversas tarifas e liberalização de setores de sua economia. Com tudo isso feito, somente em 1999 a China consegue firmar um acordo bilateral com os EUA (SHAFFER; GAO, 2021) e em 2000 é considerada pelo país americano um Parceiro Normal Permanente de Relações Comerciais (PNTR). O acordo bilateral entre China e EUA aponta para o sucesso da adesão chinesa à Organização, sendo ele a base para o acordo multilateral com os outros países-membros no ano de 2001.

Em síntese, é possível apontar para dois importantes pontos durante o processo chinês de adesão à OMC: as reformas internas e a busca por uma maior participação no Sistema Internacional. Ao mesmo tempo em que, internamente, a China reformava e atualizava sua burocracia e instituições de acordo com o padrão internacional, o ativismo diplomático chinês consegue angariar apoio e credibilidade ao país, trazendo-o para o centro das discussões, âmbito em que o país não possuía espaço anteriormente.

3 A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

A realização do projeto de desenvolvimento econômico chinês é marcada pelo início das reformas de 1978, com a ascensão de Deng Xiaoping ao posto máximo da liderança do Partido Comunista Chinês (PCCh). Como abordado no primeiro capítulo, neste período evidenciam-se concretamente as consequências da chamada “Herança Maldita”, vivendo a China um caos social com elevado nível de pobreza e fome.

Neste capítulo, a discussão começa com o retorno ao período de ascensão de Deng. Já ao fim da década de 1970, identifica-se claramente os contornos do desenvolvimento econômico chinês, e com grande influência de seu novo líder. Assim, parece-nos ser de grande relevância uma discussão acerca da figura de Deng Xiaoping, de sua ascensão e pensamento político. Apesar de sua importância, como será pontuado, não é verdadeira a conclusão de que o fator pessoal representado por Deng justifique e explique, por si só, o desenvolvimento econômico chinês pós 1978. Portanto, a ideia é dimensionar o peso de suas políticas e ideais, que acabam por germinar este processo, afinal, dentre os seus feitos, Deng

(...) conduziu as decisões de dezembro de 1978 para a deflagração das reformas. Ele emprestou sua autoridade política para respaldar a ascensão de autoridades liberais e o empreendimento das rodadas de liberalização econômica, sem prejuízo da manutenção do poder pelo Partido e do papel econômico do Estado. Deng, em sua histórica viagem às regiões industriais do sul da China, desferiu sua última cartada em 1992 para deliberadamente abortar a tentativa, desde 1988, de alguns setores da direção do PCC de redução do ritmo e da abrangência das reformas pró-mercado e setor privado (SOUZA, 2018, p.50)

Na sequência, será realizada a discussão acerca do pensamento e da aplicação das políticas de Deng Xiaoping. A atuação do líder supremo do PCCh ilustra o esforço do partido em buscar o desenvolvimento econômico e construir a sua própria estratégia desenvolvimentista, cada vez mais orientada ao mercado. Isso é observado ao analisar a Teoria de Deng Xiaoping, que retrata a trajetória do desenvolvimento chinês a partir da realidade material, reformando o país sem abandonar a sua essência ideológica socialista. Denominado de construção do Socialismo com Características Chinesas (SCC), este projeto nasce com as Reformas de 1978 e ainda está em movimento nos dias atuais.

Por fim, há uma discussão acerca da burocracia do governo chinês e como este se comporta com a implementação do SCC. Com um modelo diferente do padrão ocidental, a centralidade do papel estatal na China é fundamental para compreender a maneira pela qual as reformas são realizadas. É a partir desta centralidade estatal que se pode compreender certas políticas chinesas, de natureza gradualista, e especialmente a efetividade do

planejamento. A capacidade governamental chinesa de organizar-se rapidamente para alcançar seus objetivos em um curto espaço de tempo é emblemática da importância deste ator para o desenvolvimento. Neste tópico será observada a transformação do papel estatal chinês, que se reformula para abrigar as reformas pró-mercado.

3.1 DENG XIAOPING: DO EXÍLIO À LIDERANÇA

Como mostra Souza (2018), as Reformas de 1978 estão diretamente relacionadas com o contexto histórico anterior, conhecido como a “Herança Maldita”. Tanto a Revolução Cultural (RC) como o Grande Salto Adiante (GSA) marcam as escolhas políticas de Mao Tse-tung e o seu legado.

Deng Xiaoping é uma figura onipresente neste momento. Destituído de seus cargos políticos em 1966 durante a RC, Deng é convocado de volta por Mao Tse-tung em 1973, reassumindo uma posição no Partido Comunista Chinês (PCCh). Nos anos seguintes, seu nome ganha cada vez mais força através de consecutivas nomeações de Mao, acumulando posições de alto nível hierárquico, tanto em esferas administrativas quanto militares (SOUZA, 2018). O apoio político e militar conquistados nesse período se mostrou importante durante as disputas políticas internas do PCCh.

Apesar de atritos internos, em 1978, Deng Xiaoping consegue superar o sucessor apontado por Mao Tse-tung, Hua Guofeng. Este embate é característico da força que os ideais reformistas de Deng mostravam. Apesar do apoio de Mao, a intenção e os planos de Hua em continuar o modelo de economia planificada perde apoio político, restringindo-se aos setores de ultraesquerda do país. Deng, com apoio de setores militares, ganha esta disputa através do abandono do modelo maoísta e da proposição da promoção de uma aceleração no crescimento econômico, com grande ênfase para o comércio exterior, identificando neste o caminho do desenvolvimento nacional (FENG, 2017).

Lyrio aponta outros fatores que influenciam este abandono da tradição maoísta. Segundo o autor, com Deng, o PCCh consegue criar um governo com maior previsibilidade, ao contrário das incertezas e flutuações da Era Mao, provocadora de crises de legitimidade e credibilidade perante à sociedade ao longo da década de 1970 (2010, p.89). Além da previsibilidade, o grupo de Deng atribui, com pragmatismo, maior importância aos aspectos econômicos, em detrimento dos aspectos políticos, presentes e absolutos durante a Era Mao.

Em outras palavras, a sobrevivência do PCC no poder passou a ser associada a uma desenfaturização do político, ou a uma despolitização do cotidiano, que se manifestava na rejeição do ímpeto revolucionário e da atmosfera de campanhas e mobilização permanentes, tão características das três décadas anteriores. O pragmatismo do grupo de Deng Xiaoping implicou uma revitalização do discurso em torno de objetivos econômicos e uma desideologização e desteatralização da vida política, da qual a própria discrição e o gosto pelos bastidores do novo líder máximo eram os exemplos maiores (LYRIO, 2010, p.89).

A referência à “Herança Maldita” é fundamental para compreender a “guinada política, econômica e social na China, a partir das reformas de Deng” (SOUZA, 2018, p.48). Como já registrado no primeiro capítulo, a absorção deste período ao discurso oficial do PCCh fomenta a construção do projeto de desenvolvimento econômico, iniciado com as Reformas de 1978.

Ainda assim, a superação e assimilação desta herança não significa a inexistência de setores internos ao PCCh cujas posições políticas ainda eram favoráveis aos objetivos da Revolução Cultural (RC) e do Grande Salto Adiante (GSA). Chamados de esquerdistas, estes eram contrários aos ideais reformistas do grupo de Deng Xiaoping, classificadas como práticas liberais contrárias ao socialismo defendido por Mao Tse-tung e denunciadas como tentativas de ocidentalização do país (FENG, 2017).

A atuação dessa ala conservadora dentro do PCCh protelou o acesso chinês à Organização Mundial do Comércio (FENG, 2017). Porém, como Feng (2017) observa, o desejo desta ala de liderar o Partido existia desde o fim da Era Mao. Contrários às práticas que classificam como ameaçadoras ao modelo tradicional socialista chinês, este setor conservador operou para impedir, ou ao menos protelar, o processo de abertura comercial e política chinesa, sofrendo grandes perdas políticas a partir das Reformas.

Feng (2017) mostra como que o início das mudanças contidas nas Reformas de 1978 são combatidas pelos setores contrários aos planos de Deng Xiaoping. Os burocratas chineses tornam-se alvos de mobilizações internas contra corrupção do Partido, perdendo o espaço político de controlar as atividades econômicas no processo de descentralização do mercado no país. A atuação deste setor é limitada com o forte e rápido movimento de adequar-se aos padrões ocidentais, como por exemplo a sua autoridade exclusiva de emitir licenças e tarifas de importações sobre mais de 1000 itens é reduzida para menos de 100 até 2001 e completamente eliminada até 2005 (FENG, 2017, p. 120).

Além disso, a ala conservadora do Partido utilizou-se da relação inextricável entre o governo e o setor industrial para criar um sentimento de protecionismo e rechaçar tentativas de reformas que pudessem alterar este padrão (FENG, 2017, p. 121). A grande força das

empresas estatais, apesar das reportadas ineficiências e baixa competitividade durante as décadas de 1980 e 1990, criou uma aliança entre o setor burocrático e empresário (FENG, 2017). A maior preocupação da ala conservadora era com a sobrevivência das indústrias de menor porte, administradas pelos governos locais. O temor com o aumento da competitividade, promovido pela entrada de capital estrangeiro, leva às demandas de medidas de protecionismo deste setor (FENG, 2017).

Todo este contexto ilustra a ascensão de Deng Xiaoping ao posto de líder supremo do PCCh. O seu retorno à política em 1973 marca o início de sua ascensão dentro do Partido, superando embates ideológicos e angariando maior suporte do que oponentes políticos conservadores e contrários às reformas, como Hua Guofeng, sucessor apontado por Mao Tse-tung.

Enquanto líder do PCCh, Deng encabeça a transformação do Estado chinês. A sua figura é de central importância para compreender como a China passa a adotar medidas que afastam o país das políticas criadas durante a Era Mao. Os seus ideais reformistas dão início ao processo de desenvolvimento econômico chinês, identificando o potencial que o comércio exterior poderia fornecer para que o país realizasse as reformas que necessitava para superar os seus problemas internos.

A construção do SSC nasce com Deng Xiaoping. Porém, a concretização deste projeto de desenvolvimento, visível ao longo das décadas de 1980 e 1990, e até mesmo atualmente, é muito maior do que a pessoa de Deng. Não obstante a importância dessa figura personalista para o desenrolar do processo, a realidade material chinesa, com seus problemas sociais e capacidades produtivas, foi o real precursor do econômico observado no país (SOUZA, 2018). Dessa maneira, é necessário delegar à Deng o seu devido papel quanto à construção e reformulação ideológica do Partido que ocorreu durante este período.

3.2 A TEORIA DE DENG XIAOPING

Após o seu retorno à China, em 1977, Deng Xiaoping traz consigo grandes propostas de transformações políticas do país. Ao ocupar a posição de líder supremo dentro da hierarquia do PCCh, em 1978, começa a pôr em prática essas propostas, que ficam conhecidas como o início da construção do Socialismo com Características Chinesas (SCC).

A partir daí, Deng Xiaoping dá início a uma série de constantes e progressivas reformas institucionais no país, abrangendo os níveis econômico, político e social. Souza

(2018) ressalta até mesmo o reconhecimento internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que avaliou as Reformas de 1978 como uma prática de reconfiguração do Estado.

As reformas econômicas podem ser sintetizadas, principalmente, na estratégia de abertura comercial, ponto emblemático do período de Deng como líder supremo do PCCh. Porém, as mudanças econômicas não foram as únicas transformações na política chinesa. Como Deng (1984, p.57) pontua:

Ao mesmo tempo que envigoramos a economia doméstica, também formulamos a política de abertura para o exterior. Revendo nossa história, concluímos que um dos mais importantes fatores para os longos anos de estagnação e atraso foi a política de fechar o país para o contato externo. Nossa experiência mostra que a China não consegue se reconstruir atrás de portas fechadas nem se desenvolver de maneira isolada do resto do mundo²³

Ele avaliava, portanto, a necessidade de reformas em setores além daqueles diretamente relacionados com o mercado e o comércio. Deng identifica a necessidade de alterar o padrão isolacionista que a China adotava, passando a atuar de maneira mais ativa dentro do Sistema Internacional, para que o projeto de desenvolvimento econômico pudesse atingir os objetivos desejados. Logo, buscava suprir, as demandas de reformas em questões burocráticas, legais e sociais.

Naquele momento, logo após o Grande Salto Adiante (GSA) e a Revolução Cultural (RC), a China mantinha uma relação mais distante com os outros países e com o mercado. Esta era a conjuntura em que Deng Xiaoping percebia como a abertura do país poderia ser benéfica para o desenvolvimento nacional, enxergando no mercado um novo motor da economia chinesa.

A virada ao mercado é emblemática ao longo da construção de seu pensamento e teoria. Ao mesmo tempo em que esta mudança na política chinesa foi fruto de contradições ideológicas internas, com as insatisfações da ala conservadora, havia novas contradições quanto à assimilação deste novo modelo de desenvolvimento, pela recusa de abandonar a tradição socialista.

Alcançar a prosperidade social a partir do mercado não era uma ideia com muitos defensores dentro de um país historicamente socialista, mas esta era a fusão proposta por Deng. Apesar de evidentes contradições, seu posicionamento revolucionário mantinha o viés

²³Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

marxista/comunista²⁴. Deng afirmava não adotar posicionamentos diretamente contrários às tradições ideológicas da China. Suas “importações” de medidas e práticas de outros países vieram com o objetivo de agregar ao sistema socialista chinês, visando construir um socialismo a partir das realidades materiais do país (XIAOPING, 1984).

Dentro dessa nova dinâmica interna, a partir da tomada de novas medidas “pró-mercado”, define-se a origem do pensamento de Deng Xiaoping, especialmente expresso no seu discurso de abertura do 12º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (CNPCC), em 1982. É nesta ocasião que Deng define como norte a modernização do país a partir da realidade chinesa:

Ao realizarmos nosso projeto de modernização, devemos seguir a partir das realidades chinesas. Durante a revolução e a construção, nós devemos aprender com a experiência de outros países, mas a simples replicação automática da experiência de estrangeiros e cópia de seus modelos não nos levará a lugar algum. Tivemos diversas lições sobre isso. Devemos integrar a verdade universal do Marxismo com as realidades concretas da China, trilhar um caminho nosso e construir o socialismo com características chinesas - essa é a conclusão básica que chegamos após revisitar nossa longa história (XIAOPING, 1984, p.11)²⁵

É importante ressaltar a conexão entre teoria e prática feita por Deng Xiaoping. Assim como se constrói a analogia do desenvolvimento chinês ser como uma jornada de atravessar um rio, ao sentir as pedras que o margeiam (XIAOPING, 1984), Deng argumentava que a política chinesa deveria tornar-se mais pragmática, buscando retirar as verdades e os princípios a partir da realidade material do país (XIAOPING, 1984). Esse posicionamento reitera o processo de flexibilização ideológica, contrastando com os períodos anteriores, como da rigidez característica da Era Mao.

Somente se emanciparmos nossos pensamentos, buscarmos verdade nos fatos, procedermos a partir da realidade em tudo e conectarmos a teoria com a prática, conseguiremos realizar nosso programa de modernização socialista de maneira bem sucedida, e somente então o nosso Partido pode aprimorar ainda mais o Marxismo-Leninista e o Pensamento de Mao Tse-tung (XIAOPING, 1978)²⁶

Na verdade, a construção do Socialismo com Características Chinesas é o produto da mescla do pensamento de Mao Tse-tung com o de Deng Xiaoping²⁷. A veia

²⁴“Eu sou Marxista. Eu consistentemente sigo os princípios fundamentais do marxismo. Marxismo também é conhecido como comunismo” (XIAOPING, 1984, p.116). Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

²⁵Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

²⁶Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

²⁷Deng Xiaoping em diversas ocasiões afirma que o seu legado é uma continuação do pensamento Maoísta, não configurando-se uma quebra com a tradição de Mao Tse-tung, mas como uma evolução da mesma (XIAOPING, 1984).

revolucionária de Mao alinhada com um posicionamento mais “pró-mercado” de Deng materializa-se na dualidade do processo de desenvolvimento chinês.

Até no século XXI é possível observar a intenção do PCCh em continuar com a construção do SCC. Em 2015, durante a Conferência de Trabalho Econômico Central, foi ressaltada a importância de oito princípios com esse fim: i) sustentabilidade através da ciência e tecnologia; ii) orientação da produção para melhorar as condições de vida da população; iii) precedência de propriedade pública nos direitos de propriedade nacional; iv) a primazia do trabalho na distribuição de capital; v) a orientação do mercado pelo Estado; vi) desenvolvimento acelerado com alta performance; vii) desenvolvimento equilibrado com coordenação estrutural; e viii) uma economia soberana e aberta (ENFU; XIAOQIN, 2017).

Estes oito princípios colocam-se como guias orientadoras para a realização da estratégia nacional de desenvolvimento, através da absorção de práticas liberais no sistema socialista chinês, sem que este perdesse a sua força ideológica. A partir desses princípios, justificam-se políticas que, a priori, são contraditórias com o modelo socialista de produção, como a abertura de mercado, por exemplo, que é utilizada para atingir metas que são consideradas como “bem-comum”.

É possível, portanto, perceber que tal pensamento é passível de diversas contradições, afinal, inspirar-se em políticas neoliberais para adotar novas práticas dentro de um sistema socialista não ocorre sem que haja algum conflito. Xiaoping (1984) identifica este processo como uma aplicação de experiências estrangeiras dentro do socialismo chinês. Ao fim, esta mescla é justificada pela necessidade de se desenvolver, impondo ao país andar em ambas estradas ao mesmo tempo - há de se realizar as reformas políticas e econômicas, mas sem nunca esquecer as realidades e tradições locais, adaptando-se à medida que for necessário (XIAOPING, 1984).

Na prática, a teoria de Deng Xiaoping materializa-se em um movimento vertical, iniciando pela base até o topo. Já no início da década de 1980, o líder do PCCh definia as antigas tradições chinesas como base do desenvolvimento nacional: “Não devemos nunca nos esquecer que a agricultura é a base da nossa economia” (XIAOPING, 1984, p.23)²⁸. Sua definição do passado agroexportador chinês como essencial para transformar o país é marcante no sentido de que, para se desenvolver, o país deveria iniciar as reformas exatamente neste setor.

²⁸Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

É no setor rural, nas regiões menos desenvolvidas, que a China iniciou sua transformação estrutural, “A partir das realidades da China, devemos, primeiramente, resolver os problemas do campo” (XIAOPING, 1984, p.49)²⁹. Assim, a produção de alimentos torna-se um dos pilares centrais das reformas de Deng³⁰. Medeiros observa que “O principal movimento ocorrido na China entre 1980 e 1983 foi a excepcional expansão do setor primário” (2012, p.2). O destaque inicial ao setor rural demonstra como os objetivos de melhorias sociais (paralelamente com o desenvolvimento econômico) - como o combate à fome e pobreza - têm sido uma constante durante todo o processo. Afinal, para Xiaoping, “Socialismo significa a eliminação da pobreza. Miséria não é socialismo, muito menos comunismo” (1984, p.48)³¹.

O investimento inicial, ou melhor, o desenvolvimento acelerado inicial no setor responsável pela produção de alimentos é reflexo da definição do setor rural como base central para o desenvolvimento do país. Tal consideração é diretamente condizente com os ideais socialistas adotados pelo Partido. A maioria da população chinesa, ao início da década de 1980³², ainda era camponesa. Esta força de trabalho serviu como o instrumento para o desenvolvimento que viria a ocorrer nas décadas seguintes. A revolução, portanto, ocorre em dois momentos: primeiro no campo e depois nas cidades.

A identificação da força de trabalho rural como basilar para o desenvolvimento, além de fator estruturante da estratégia desenvolvimentista do PCCh, é reflexo de princípios socialistas (marxistas) em prática. O chavão “se a classe operária tudo produz, tudo a ela pertence” é, de certa maneira, observado na realidade. A acumulação primária de capital no setor rural seria nada menos do que a distribuição de renda à própria população que a realiza materialmente. É a acumulação de capital no setor onde 80% da mão de obra estava disponível (MEDEIROS, 2012). Esta opção a princípio concentrou uma parcela maior do capital empregado nas reformas. De fato, como Deng Xiaoping defendia, era aceitável - até mesmo necessário - que essas regiões rurais se beneficiassem disso, gerando um desenvolvimento localizado e, conseqüentemente, aumentando a desigualdade em um panorama nacional (XIAOPING, 1984).

²⁹Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

³⁰Assim como Medeiros (2012) coloca, o setor rural chinês já era o principal setor econômico chinês desde a década de 1950. As reformas de 1978 (assim como as Quatro Modernizações) têm como objetivo, inicialmente, um grande investimento nesta área, capaz de gerar lucros que podem ser redirecionados para outros setores menos desenvolvidos.

³¹Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

³²Em 1980, o setor rural abrigava cerca de 80% da população chinesa (WORLD BANK, 2023)

Pode-se observar aqui um exemplo das várias contradições que o SCC defendido por Deng possui. Em sua premissa, o socialismo caminharia em direção contrária às medidas que geram desigualdade social. Porém, naquele momento, isto era um pré-requisito para o desenvolvimento nacional desejado. Para lidar com as contradições, Xiaoping (1984, p. 49) afirma que:

Naturalmente, alguns problemas vão surgir com o crescimento do investimento estrangeiro. Mas os impactos negativos serão muito menos significativos do que o uso positivo que podemos fazer com ele para acelerar nosso desenvolvimento. Pode trazer consigo um pequeno risco, mas não muito (...) Vamos acumular novas experiências e tentar novas soluções à medida que novos problemas surjam³³.

Portanto, a presença dessas contradições direciona o próprio desenvolvimento chinês. A respeito do acúmulo de capital no setor rural, ele conclui que “Algumas pessoas em áreas rurais devem ser permitidas a enriquecer antes que outras. É justo que aquele que trabalha mais enriqueça. Permitir algumas pessoas e algumas regiões enriquecer primeiro é uma nova política que é apoiada por todos” (XIAOPING, 1984, p.23)³⁴. A incorporação de uma “meritocracia” aos moldes chineses foi patrocinada pela construção do SCC e justificada como um meio de atingir o “bem-comum”, o desenvolvimento econômico e social da China. E como Deng sustentava, o único meio de julgar o sucesso dessa medida é através do questionamento se a construção do Socialismo com Características Chinesas lograria contribuir para o bem-estar e felicidade da população (XIAOPING, 1984, p.23). Este é um exemplo da utilização do desenvolvimento do capital em função do Estado.

A estratégia de acumulação primária no setor rural teve como objetivo final a sua disseminação para os outros setores, possibilitando o desenvolvimento destes a partir do desenvolvimento do campo. O resultado desta estratégia pode ser observado ao longo do primeiro capítulo, a partir da evolução econômica do país durante as décadas de 1980 e 1990. Medeiros (2012, p.4) aponta, também, para a relação entre o desenvolvimento primário e sua influência sobre outros setores: “O aumento da produtividade agrícola permitiu forte crescimento do emprego urbano diminuindo a tensão sobre terras agricultáveis”. Mostra, assim, a disseminação do investimento inicial rural que, indiretamente, fomentou o desenvolvimento urbano e industrial que, por sua vez, diminuiu a participação de produtos agrícolas na composição da economia chinesa.

De fato, o pensamento de Deng Xiaoping origina o projeto de desenvolvimento econômico, a construção do Socialismo com Características Chinesas. Através do seu

³³Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

³⁴Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

pensamento, o SCC deixou de ser apenas uma construção teórica, tornando-se uma aspiração partidária e uma política de Estado. Apesar de ser ainda um processo em andamento, a China já colhe frutos desta estratégia, desenvolvendo-se, participando cada vez mais do sistema mundial de comércio e ocupando espaços de maior relevância dentro do Sistema Internacional.

3.3 A TRANSFORMAÇÃO DO PAPEL DO ESTADO

A aplicação do SCC, portanto, necessitaria da realização de mudanças estruturais no sistema de governo do país. Desta maneira, é necessário compreender dois movimentos: primeiro, a forma que a incorporação de políticas liberais é realizada, destacando a sua característica experimental e gradualista; e segundo, a transformação do Estado chinês para acomodar estas novas políticas dentro do seu sistema burocrático, incluindo as disputas ideológicas geradas pelas contradições deste processo. Para além da interdependência entre estes dois momentos, visualiza-se como que ambos se tornam características centrais da estratégia de desenvolvimento chinesa pós 1978.

É em busca do desenvolvimento econômico que a transformação do papel do Estado chinês ganha sentido. Contudo, não se trata apenas de mudanças nas políticas econômicas (SOUZA, 2018). Havia a necessidade de desmontar o padrão governamental chinês, ou em outras palavras, havia a necessidade de mudanças no desenho institucional do Estado, para que pudesse cumprir funções semelhantes aos Estados capitalistas avançados do Ocidente. Neste ponto, alinham-se os objetivos iniciais das Reformas de 1978 com a aspiração de adesão à Organização Mundial do Comércio. (FENG, 2017).

A assimilação da lógica do capital para dentro do sistema socialista chinês foi um movimento realizado apesar das constantes contradições ideológicas. Esta assimilação não deve ser confundida como abandono do socialismo, como Souza aponta: “Em vez de restauração ou renovação do capitalismo na China, entendeu-se que a estratégia seria usar o capitalismo, aproveitar seu capital, tecnologia e mercados, para construir seu antípoda, o socialismo” (2018, p.16).

É importante mencionar o contexto histórico do início das Reformas de 1978. A ascensão de Deng Xiaoping ao posto de líder supremo do PCCh coincide com o período de Margareth Thatcher (1979 - 1990), no Reino Unido, e Ronald Reagan (1981 - 1989), nos

Estados Unidos. Coincide também com o colapso do Acordo de Bretton Woods, em 1973. Era uma quadra histórica de grandes ondas neoliberais, propagadas pelas instituições internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Não é acaso, portanto, que as reformas chinesas pós 1978 tenham ocorrido de maneira quase que simbiótica com a globalização.

Com Deng, para seu autoproclamado objetivo de modernização socialista, recorria-se a um capitalismo monopolista de Estado combinado - por mais estranho que pareça - com a globalização neoliberal. Essa combinação curiosa, com Deng, seria constituída por um tipo de Estado desenvolvimentista e, ao mesmo tempo, pela liberalização para o setor privado, para o mercado e para a integração à economia mundial. De forma inteligente, a liderança do PCC, com as reformas, aproveitou e usou a globalização neoliberal para, paradoxalmente, alcançar os objetivos nacional-desenvolvimentistas do Estado chinês (SOUZA, 2018, p.60).

Dessa maneira, observa-se como ocorreu a transformação do Estado na China. A partir de experiências passadas malsucedidas, imersa na necessidade de desenvolvimento nacional e em meio a um contexto internacional promotor de ideais liberais, Deng esboça sua estratégia: desenvolvimento pela via do capital através do Estado. Assim, houve mudanças institucionais com o objetivo de acolher a lógica do capital, abrindo mão, em algumas ocasiões, da primazia às políticas sociais.

É com esse cenário que ocorreu a definição do mercado como norteador do desenvolvimento econômico, definindo que “as forças de mercado eram a chave da modernização socialista” (SOUZA, 2018, p.69). Portanto, o desenvolvimento do capital há de ser feito internamente para, somente então ocorrer o desenvolvimento social do país. Contudo, há controle político do processo de forma que ele ocorresse gradualmente:

O conteúdo e a forma das medidas adotadas, o calendário e a sequência de implementação das reformas, ao lado das experiências prévias e localizadas das reformas, como projetos pilotos, são alguns elementos apresentados como provas do gradualismo chinês contemporâneo (SOUZA, 2018, p.210).

Além disso, as reformas foram feitas com ressalvas, permitindo ao governo fazer com que o capital trabalhasse a favor da estratégia de desenvolvimento, e não ao contrário (SOUZA, 2018). Como argumentam tanto Sawaya (2011) quanto Jabbour (2020), a atração de capitais via investimentos estrangeiros externos ocorre, principalmente, a partir do interesse estatal e de seu planejamento, controlando seu desenvolvimento em todos os níveis da economia.

A estratégia gradualista das reformas chinesas é merecedora de destaque, afinal, de acordo com Souza (2018, p.210), seria ela a grande responsável pela ascensão chinesa, e a partir disso o país teria se beneficiado das reformas graduais, cautelosas e estratégicas.

Seguindo o mesmo raciocínio, Feng (2017) observa que ao longo do desenvolvimento chinês foi adotada a estratégia de aplicação de reformas a partir de testes, realizando pequenas reformas em locais limitados, assimilando-se “experimentos científicos” em laboratórios controlados. Caso a estratégia fosse bem-sucedida, iniciavam-se esforços para expandi-la; caso contrário, as consequências seriam mais facilmente contidas e os prejuízos menores. Esta é a mesma conclusão de Souza:

As mudanças foram implementadas paulatinamente, recorrendo inicialmente à experimentação em projetos-piloto. Essa transição ao mercado e às novas - e retrógradas - relações sociais de produção, através do gradualismo, tentou evitar maiores fricções políticas, contornar resistências sociais, prevenir colapsos econômicos (2018, p.66)

Em conjunto com o gradualismo, Souza (2018) identifica que o constante e acelerado crescimento chinês colabora para a evolução da estratégia de desenvolvimento. Quase que como uma consequência natural, após o êxito de uma reforma, iniciavam-se os preparativos para a aplicação da próxima. Criavam-se, também, expectativas frente às novas mudanças que pudessem trazer novos progressos, modelando uma geração que absorvia cada vez mais as práticas liberais, fazendo com que o país se tornasse cada vez menos dependente da função estatal de realizar as revisões e reconstruções ideológicas necessárias para justificar estas políticas.

O fato que os reformistas conseguem ultrapassar obstáculos políticos e burocráticos e direcionam a China para o regime do comércio global demonstra que a filosofia liberal tem cada vez mais prevalecido nas cadeias superiores do partido. Por outro lado, os grandes sucessos da política de abertura comercial, até o momento, tiveram uma função de educar uma geração de futuros líderes políticos, que podem fazer com que a China se comprometa cada vez mais com a ordem econômica internacional (FENG, 2017, p.170)³⁵

A transformação do Estado chinês, portanto, ocorreu para possibilitar as Reformas de 1978, que foram consideradas necessárias para solucionar o problema do subdesenvolvimento ao fim da década de 1970. Reformas estruturais e ideológicas foram realizadas para acolher medidas liberais que proporcionassem um ambiente atrativo para o capital, culminando na definição do mercado e seus princípios como norteadores do desenvolvimento chinês.

As características gradualista e experimentalista das Reformas de 1978 justificam-se também quando analisadas em conjunto com as etapas adotadas por Deng. Como o primeiro capítulo possibilitou evidenciar, os anos de 1978 a 1983 mostram a importância da escolha do setor rural como o ponto de partida das Reformas. A modernização da produção agrícola

³⁵Texto original em inglês. Tradução própria do autor.

possibilitou a criação de um sistema nacional de alimentação que foi fundamental para a formação de uma economia doméstica, além de diminuir a dependência chinesa sobre estes produtos (JABBOUR, 2020).

Este mercado nacional, por sua vez, foi beneficiado por essas características gradual e experimentalista. A partir da estratégia de Deng Xiaoping de abrir o país para o capital estrangeiro, essa prática inicia-se em determinados locais, chamados de Zonas Econômicas Especiais (ZEE). A instauração de cinco ZEE iniciou este processo, delimitadas nas áreas de Shantou, Shenzhen, Zhuhai, Xiamen e Hainan.

As ZEE demonstram-se emblemáticas dos esforços chineses, tanto em quesitos de abertura de mercado, sendo laboratórios do desenvolvimento capitalista, como também do gradualismo chinês, aplicando cada vez mais concessões tributárias nessas regiões (SOUZA, 2018). O sucesso destas áreas leva o país a replicar esta estratégia, transformando outras 14 regiões, e, posteriormente, toda a sua região costeira também em ZEEs.

Nas Zonas Econômicas Especiais foram feitos testes não apenas teóricos, mas também práticos, evidenciando as distintas características quando comparadas ao socialismo chinês vigente, como por exemplo: a não subordinação ao sistema de planificação econômica e a flexibilização de regulações fiscais e legislações trabalhistas (SOUZA, 2018).

Utilizando-se de uma estratégia de instauração de um sistema estranho ao país, a China inicia seu processo gradual de assimilação da lógica do capital. As ZEEs tornam-se centros de acumulação de capital cujos lucros eram redirecionados para o restante do país, realizando as reformas previstas pelo Estado e criando um sistema que, ao menos no início, se autoalimentava, sendo possível a aplicação da política de socialização do investimento no seu território (JABBOUR, 2020).

É precisamente nessas zonas que houve a permissão, assim como o incentivo, para o maciço ingresso de investimento externo direto (IED). Nas ZEEs, onde não havia tantas restrições burocráticas como no resto do país, o capital consegue se desenvolver da maneira pretendida por Deng Xiaoping, fomentando a capacidade exportadora chinesa e atraindo os setores produtivos de multinacionais em busca de ambientes mais livres, com mão de obra quase que ilimitada (JABBOUR, 2020).

Chen (2005, p.327) relaciona a importância da implementação das Zonas Econômicas Especiais com o fluxo de IED na China. O autor aponta para algumas vantagens que as ZEEs proporcionam à China, como: compatibilidade com o ritmo gradual de desenvolvimento chinês; o de serem ambientes propícios ao comércio exterior, favorecendo a importação de produtos intermediários para o processamento e a exportação de produtos

processados; fomento à concentração de capital, a partir da criação de um ambiente de economia liberal.

A liberdade cedida para o capital desenvolver-se não foi irrestrita. Como Sawaya (2011) mostra, ao longo da segunda metade do século XX, diversas economias da periferia colocaram em prática políticas neoliberais para alcançar seu desenvolvimento, como o Brasil e o México, por exemplo. O autor argumenta que nenhum outro país conseguiu realizar seu desenvolvimento econômico da mesma maneira da China, afirmando que “parece ser o principal elemento inovador na estratégia chinesa: promover o processo de industrialização tardia com capital multinacional embora sob o estrito controle do Estado chinês, atraindo-o como parceiro de tornar-se potência” (SAWAYA, 2011, p.19); e ressaltando a capacidade do PCCh de subverter este processo de dependência financeira que decaí sobre os países da América Latina e África, principalmente.

Um dos mecanismos utilizados para conter o desenvolvimento irrestrito do capital, por exemplo, foi a criação das *joint ventures*, em que o Estado estipula a divisão do controle de empresas privadas, de maneira que o controle administrativo permaneça com o Estado (SOUZA, 2018). Assim, controla-se o destino dos investimentos estrangeiros, no caso, para fomentar cada vez mais as exportações do país, fazendo com que uma maior margem de lucro pudesse ser realocada para a socialização dos investimentos (JABBOUR, 2020).

Paralelamente às *joint ventures*, o Estado chinês fomentou a ascensão das Empresas de Aldeias e Municípios (EAM)³⁶. Estas são fruto de um esforço para descentralizar a economia nacional, buscando maior eficiência da produção rural. Para Masiero (2006, p. 425), as EAMs eram “uma classe de empresas de propriedade dos governos dos *towns* (aglomerações populacionais menores que uma cidade, mas maiores que uma vila) e comitês de *villages* (vilas) incluindo aquelas possuídas por indivíduos e trabalhadores que residem nestas localidades”. Com estes incentivos à descentralização da economia é ratificada a influência em empurrar ainda mais o processo de desenvolvimento chinês para um caminho que é direcionado pelo mercado, afastando-o de modelos mais centralizados na atuação estatal (TAUBE, 2002).

De maneira geral, a postura estatal chinesa transforma-se, em um primeiro momento, para acolher o capital, descaracterizando-se de um padrão socialista da Era Mao e indo em direção à construção do Socialismo com Características Chinesas, concebido por Deng Xiaoping. Em seguida, faz-se a necessária transição da estrutura econômica para permitir

³⁶ *Township and Village Enterprises* (TVE), em inglês

que este capital se desenvolva. Destarte, medidas como a instauração das Zonas Econômicas Especiais e das Empresas de Municípios e Aldeias apresentam papel fundamental para a realização da estratégia chinesa de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi o de analisar a relação entre as Reformas de 1978 e o ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC). Como hipótese, adotou-se que a aspiração política em aderir aos órgãos de regulação internacional foram marcos de uma estratégia de expansão do comércio internacional, que ainda persiste, podendo ser identificada como parte do conteúdo da estratégia nacional de desenvolvimento do país.

O argumento do trabalho é construído em três etapas: a primeira, acerca do desenvolvimento econômico do país; a segunda, quanto ao processo de adesão aos órgãos reguladores de comércio internacional; e a terceira, a transformação ideológica para realizar tanto as Reformas como a ampliação da participação do país no regime mundial de comércio.

No capítulo 1, a discussão é feita no contexto histórico de início do período de 1978 a 2001. As graves consequências sociais e econômicas geradas pela Revolução Cultural (RC) e pelo Grande Salto Adiante (GSA) dão fundamento ao momento de grande pobreza e caos social. Esta “Herança Maldita” (SOUZA, 2018) influencia a criação da estratégia de desenvolvimento adotada pelo país a partir de 1978, uma vez que Deng absorve este momento no discurso reformista que passa a ganhar cada vez mais força dentro do país.

Com as Reformas de 1978, a China inicia o desenvolvimento que este trabalho analisa. A seleção do setor rural como foco inicial das reformas conseguiu desenvolver este setor produtivo cuja mão de obra representava cerca de 80% do total nacional (MEDEIROS, 2012). Configura-se o Sistema de Responsabilidade Familiar, retirando o poder sobre o excedente de produção do governo e permitindo às famílias camponesas vender este montante no livre mercado. Houve fortalecimento do setor rural e a construção de um efetivo sistema de alimentação nacional que possibilitou a formação de uma economia doméstica (JABBOUR, 2020).

Registra-se o constante e acelerado crescimento da economia chinesa ao longo dessas duas décadas. Foram apresentados sete índices econômicos e sociais. A partir deles, é possível observar como a aplicação das Reformas e da sequência da construção do SCC conseguem sustentar o crescimento nacional. A participação no comércio mundial da China cresce exponencialmente, denotando o sucesso da estratégia de Deng. Ao longo da análise feita no capítulo, aponta-se para a capacidade catalisadora da OMC para o desenvolvimento chinês.

O capítulo 2 traz a discussão da adesão chinesa à OMC. Para tanto, remonta-se à fundação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), em 1947. Imbuído pelos interesses ocidentais, principalmente estadunidenses, o Acordo tem como objetivo combater medidas protecionistas no mercado e, de maneira embrionária, regulamentá-lo (RÊGO, 1996).

A transformação do GATT em OMC é descrita a partir da consolidação da institucionalidade e capacidades de regulamentação que a Organização Mundial do Comércio passa a ter, quando comparada com o GATT. Exemplo disto, é a criação de um Sistema de Solução de Controvérsias, fornecendo à Organização uma maior credibilidade internacional.

A análise sobre a solicitação de ingresso da China à OMC é realizada a partir de duas discussões: a primeira, quanto às críticas internas sobre o cumprimento dos pré-requisitos da Organização; e a segunda, a partir das oscilantes relações com os Estados Unidos (EUA). Ambas as discussões mostram que este processo não ocorre de maneira fluída, havendo discordâncias internas ao Partido Comunista da China (PCCh) quanto à uma “ocidentalização” do país assim como dificuldades que este processo de adesão sofre devido à sua dependência de boas relações com os EUA, que por vezes são deterioradas.

Há ainda, a discussão sobre as reformas realizadas no país para adequar-se aos moldes exigidos pela OMC. O corte progressivo de tarifas, ondas de privatizações, cumprimento de regulamentos sobre propriedade intelectual, são algumas dessas demandas. Sustenta-se que, apesar das dificuldades internas e externas durante este processo, o governo consegue extrair benefícios a partir da sua entrada à Organização, ampliando a sua participação no comércio mundial e sendo cada vez mais aceito no do Sistema Internacional.

O capítulo 3 trata da construção teórica e ideológica feita pelo PCCh para realizar as reformas e ingressar à OMC. Chega-se à conclusão de que tanto as Reformas de 1978 quanto o interesse político de ser membro da Organização são partes de uma mesma estratégia (FENG, 2017).

Há destaque para a figura de Deng Xiaoping. Afinal, o seu pensamento germina a estratégia de desenvolvimento que o Partido adota. Apoiado pela ala reformista de dentro do PCCh, Deng inicia a construção do SCC apoiando-se em três características fundamentais: pragmatismo, gradualismo e experimentalismo.

O SCC reflete uma mescla das tradicionais políticas socialistas chinesas com práticas liberais, incorporando cada vez mais o mercado. A partir de Deng, este revisionismo da

ideologia do país possibilita que a assimilação ocorra, apesar das constantes dificuldades internas e externas.

A tradicional centralidade do papel estatal na economia, apesar de flexibilizada, não é abandonada. O planejamento da economia persiste, fazendo o capitalismo desenvolver-se a partir do Estado, e também para o Estado. Isso é observado pelo fato de o início das Reformas tornarem-se centros de acumulação de capital que posteriormente são diluídos para outros setores da economia. O mesmo pode ser observado na estratégia de formação das Zonas Econômicas Especiais, experimentando políticas liberais para depois exportar este modelo ao redor da nação e socializar o investimento (JABBOUR, 2020).

Percebe-se grande vigor na atuação estatal durante essas duas décadas analisadas. Apesar do movimento da construção do SCC ser de uma descentralização e uma criação de liberdade no mercado, a atuação do governo chinês é fundamental para compreender o desenvolvimento nacional.

Como Deng Xiaoping (1984) reitera, não há em nenhum momento o abandono da ideologia socialista marxista. Mesmo com o intuito de uma reforma que aplica medidas liberais, favorecendo o desenvolvimento do capital, o Estado chinês mostrou-se atuante no sentido de controlar e direcionar este desenvolvimento para setores específicos (SOUZA, 2018).

Enfim, pode-se concluir que a adesão da China à Organização Mundial do Comércio foi uma ação estratégica que se originou dos mesmos ideais que as Reformas de 1978, sendo ambas partes complementares da construção do Socialismo com Características Chinesas. A partir da definição do comércio exterior como uma prioridade para o desenvolvimento econômico e social do país, a participação em uma Organização Internacional que regula o comércio mundial foi fundamental.

Assim, verifica-se que a hipótese adotada é confirmada. As transformações econômicas e políticas realizadas para se tornar membro da OMC foram uma extensão das Reformas de 1978, complementando a estratégia ao alavancar a sua participação no comércio internacional, dando sequência à construção do Socialismo com Características Chinesas. Corrobora o fato de que as transformações políticas e econômicas realizadas para adequar a estrutura burocrática do país aos pré-requisitos do GATT/OMC iniciaram-se em períodos anteriores aos pleitos de ingresso às mesmas.

Reforça este fato a compreensão de que não é apenas ao manifestar o seu desejo político de ingressar ao GATT em 1986, ou ser um solicitante de entrada à OMC desde a sua fundação durante a Rodada do Uruguai, que o país atuava em busca de maior

participação no sistema mundial de comércio. Ademais, a China já aplicava reformas visando atingir os mesmos objetivos que tanto o GATT quanto a OMC defendiam.

Com tudo isso, identifica-se que o objetivo de construir do Socialismo com Características Chinesas faz com que Deng Xiaoping liderasse a China para uma nova estratégia de desenvolvimento, amparada na revisão ideológica norteadora do Partido.

Finalmente é preciso realçar o sucesso que as Reformas de 1978 alcançam desde o seu início. A extraordinária transformação social que o país ainda vivencia é reflexo disso. A superação de uma realidade rural da primeira metade do século XX parece um passado mais distante do que é, quando observado a posição ocupada no cenário internacional pela China neste primeiro quartel do século XXI. Este feito do governo chinês é central para a escolha do tema desta dissertação.

A compreensão de que a estratégia desenvolvimentista nacional chinesa tenha o potencial de frutificar novas maneiras que os países do resto do mundo podem utilizar para sair da armadilha do subdesenvolvimento, é um aspecto que nos anima. Como Deng Xiaoping (1984) ensina, é essencial buscar referências em estratégias de sucesso de outros países, porém vistas a partir dos interesses e condições históricas de cada formação social.

REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI**. Tradução de B. Medina. São Paulo: Boitempo, 2008. 432 p.
- BENJAMIN, Daniela A. **Sistema de Solução de Controvérsias da OMC: uma perspectiva brasileira**. Brasília: FUNAG, 2013. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-870-sistema_de_solucão_de_controversias_multilateral_da_omc_o>. Acesso em: 1 dez. 2022.
- CHAMORRO, Ana I. Salvador. **El proceso de reforma económica de China y su adhesión a la OMC**. Pecunia, [S. l], n. 7, p. 257-284, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.18002/pec.v0i7.695>>. Acesso em: 02 jan. 2023.
- CHEN, John-ren. **China's Way of Economic Transition**. Transition Studies Review, Springer-Verlag / Wien, v. 12, n. 2, p. 315-333, 2005. <https://doi.org/10.1007/s11300-005-0064-x>
- ENFU, C; XIAOQIN, D. **A Theory of China's 'Miracle'**. Monthly Review, v. 68, n 8, p. 12-23, 2017. Disponível em: < <https://monthlyreview.org/2017/01/01/a-theory-of-chinas-miracle/>>. Acesso em 13 nov. 2022. https://doi.org/10.14452/MR-068-08-2017-01_5
- FENG, Hui. **The Politics of China's Accession to the World Trade Organization: The dragon goes global**. Nova York: Routledge, 2017. 197p.
- HSIAO, Monica. **China and the GATT: Two Theories of Political Economy Explaining China's Desire for Membership in the GATT**. Pacific Basin Law Journal, v. 12, n. 2, p. 431-454, 1994. Disponível em: <<https://escholarship.org/content/qt0k2882sf/qt0k2882sf.pdf?t=n4ovwh>>. Acesso em 19 Dezembro 2022. <https://doi.org/10.5070/P8122022059>
- JABBOUR, Elias. **China Socialismo e Desenvolvimento: Sete Décadas Depois**. 2 ed. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Mauricio Grabois, 2020. 280 p.
- LIN, Justin Y. **WTO Accession and Financial Reform in China**. Cato Journal, Vol. 21, No. 1, 2001. Disponível em: <https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/cato/v21n1/cato_v21n1lij01.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022
- LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: FUNAG, 2010. 252p. Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao_da_China_como_Potencia_A.pdf>. Acesso em 17 dez. 2022.
- MASIERO, Gilmar. **Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVES) chinesas**. Revista de Economia Política, vol. 26, nº 3 (103), pp. 425-444 julho-setembro/2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/LDw3fSVTngXjj4LKkzm58Gr/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 7 jan. 2023. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000300006>

MASKUS, K.E. Intellectual Property Rights in the WTO Accession Package. In: BHATTASALI, Deepak; LI, Shangont; MARTIN, Will. **China and the WTO**. Washington, DC.: Oxford University Press, 2004. p. 49-68

MEDEIROS, C. A. **Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China**. 2012.

PERKINS, Dwight H. **Completing China's Move to the Market**. The Journal of Economic Perspectives, 8, No. 2, p. 23-46, 1994. Disponível em: <<https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.8.2.23>>. Acesso em: 21 out. 2022. <https://doi.org/10.1257/jep.8.2.23>

RÊGO, Elba Cristina Lima. **Do Gatt a OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio**. Revista do BNDES, [S. 1.], v. 3, n. 6, p. 3-22, 1996. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11014>. Acesso em: 14 de out. de 2022.

SAWAYA, Rubens. **China: uma estratégia de inserção no capitalismo mundial**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, São Paulo, n. 28, p. 5-35, fevereiro 2011. Disponível em: <<https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/895>>. Acesso em 11 dez. 2022.

SHAFFER, Gregory; GAO, Henry. How China Took on the United States and Europe at the WTO. In: SHAFFER, Gregory. **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 174-221. <https://doi.org/10.1017/9781108861342.007>

SILVA, Helder Paulo. **Reforma e Abertura na China: Vinte e Cinco Anos**. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 67-78, jan./fev. 2008.

SILVA-ROUETE, Javier. **The development of China's Export Performance**. In: Conference at the Central Reserve Bank of Peru, Lima. 2006. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/sp030706>>. Acesso em 19 jun. 2022.

SOUZA, Renildo. **Estado e Capital na China**. Salvador: EDUFBA, 2018. 285 p. <<https://doi.org/10.7476/9788523220020>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

XIAOPING, Deng. **Selected Works of Deng Xiaoping**. Beijing: Foreign Languages Press, 1984. 3 v. Disponível em: <https://oregondigital.org/downloads/oregondigital:df72k239v>. Acesso em: 15 out. 2021.

TAUBE, Markus. **Stability in instability: China's TVEs and the evolution of property rights**. ASIEN, p. 59-66, julho, 2002. Disponível em: <<https://hasp.ub.uni-heidelberg.de/journals/asien/article/download/14378/14038/30439>>. Acesso em: 15 nov. 2022

THORSTENSEN, Vera. **CHINA – LIDER DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS E TAMBÉM MEMBRO DA OMC: desafios e oportunidades para o Brasil**. 2010.

Disponível em <[https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/4c9770fd75b6c\(1\).pdf](https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/4c9770fd75b6c(1).pdf)>. Acesso em 19 dez. 2022

THORSTENSEN, Vera; RAMOS, Daniel; MÜLLER, Carolina. **O Princípio da Nação Mais Favorecida e os desalinhamentos cambiais**. Repositório IPEA, [S. l], 2011.

Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5698/1/NT_n06_Principio-nacao-favorecida_Dinte_2011-dez.pdf> Acesso em 19 dez. 2022

TSE-TUNG, Mao. **Selected Work of Mao Tse-Tung**. 2004.

<www.marxists.org/reference/archive/mao/index.htm> Acesso em: 15 out. 2021

TUAN, Francis; HSU, Hsin-Hui. US-China Bilateral WTO Agreement and Beyond. In: HSU, Hsin-Hui; GALE, Fred (orgs). **China: Agriculture in transition**. Washington, DC: US Department of Agriculture, Agriculture and Trade Report. WRS-01-2. 2001. p. 5-8.

Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=wzMSRXpXnS0C&hl>>. Acesso em: 29 jan. 2023.

UNCTAD. **Evolution of the world's 25 top trading nations**. 2021 Disponível em:

<<https://unctad.org/topic/trade-analysis/chart-10-may-2021>>. Acesso em: 28 nov. 2022.

XIAOPING, Deng. **EMANCIPATE THE MIND, SEEK TRUTH FROM FACTS AND UNITE AS ONE IN LOOKING TO THE FUTURE**. Speech at the closing session of the Central Working Conference. 1978. Disponível em:

<<http://en.people.cn/dengxp/vol2/text/b1260.html>>. Acesso em: 15 out. 2021.

XIAOPING, Deng. **Selected Works of Deng Xiaoping**. Beijing: Foreign Languages Press, 1984. 3 v. Disponível em:

<<https://oregondigital.org/downloads/oregondigital:df72k239v>>. Acesso em: 15 out. 2021.

WANG, Dong. **China's Trade Relations with the United States in Perspective**. Journal of Current Chinese Affairs, v. 39, n. 1, p. 165-210, 2010. Disponível em:

<<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/186810261003900307>>. Acesso em 30 nov. 2022. <https://doi.org/10.1177/186810261003900307>

WORLD BANK. **World Bank Open Data**. 2023. Disponível em:

<<https://data.worldbank.org>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **WTO STATS**. 2022. Disponível em:

<<https://stats.wto.org/>>. Acesso em: 9 jan. 2023

WORLD TRADE ORGANIZATION. **The GATT Years: from Havana to Marrakesh**. 2023. Disponível em:

<https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/fact4_e.htm>. Acesso em 3 jan. 2023.

NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. **CHINA STATISTICAL YEARBOOK**. 1999-2019. Disponível em:

<<http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>>. Acesso em: 19 dez. 2022